



Universidade Federal dos Vales
do Jequitinhonha e Mucuri

MINUTA

Projeto Pedagógico Institucional **PPI**

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

REITORIA

Heron Laiber Bonadiman

Reitor

Flaviana Tavares Vieira Teixeira

Vice-Reitora

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis (Proaae)

Ellen Lucy Tristão

Pró-Reitoria de Administração (Proad)

Felipe Rodrigues Maynart

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc)

Valéria Cristina da Costa

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep)

Marina Ferreira da Costa

Pró-Reitoria de Graduação (Prograd)

Douglas Sathler dos Reis

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan)

Darliton Vinícios Vieira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)

Ana Cristina Rodrigues Lacerda

Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Protic)

Willian Leite Araújo

UNIDADES ACADÊMICAS

Faculdade de Ciências Agrárias (FCA)

Direção: Joerley Moreira

Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS)

Direção: Karine Taís Aguiar Tavano

Faculdade de Ciências Exatas (Facet)

Direção: Rodrigo Moreira Verly

Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH)

Direção: Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale

Faculdade de Medicina de Diamantina (Famed)

Direção: Danilo Bretas de Oliveira

Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT)

Direção: Paulo César de Resende Andrade

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (Facsae)

Direção: Agnaldo Keiti Higuchi

Faculdade de Medicina do Mucuri (Fammuc)

Direção: Patrick Wander Endlich

Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia (Icet)

Direção: Jairo Lisboa Rodrigues

Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT)

Direção: Thiago Franchi Pereira da Silva

Instituto de Ciências Agrárias (ICA)

Direção: Jeanne Broch Siqueira

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPI

Presidência da Comissão

Marcus Alessandro de Alcantara - Diretor de Ensino da Prograd

MEMBROS DA COMISSÃO

Adriane Rodrigues Gaia	Katia Vieira Souto Lepesqueur
Alisson Mendes Rodrigues	Leila Aparecida da Silva
Angelo Faceto	Lícia Santos Oliveira
Anne Raquel dos Santos	Luciane do Divino Pereira Barroso
Carla Júnia Saldanha Mota	Marcia Kátia Alves Silva
Cássia Gomes de Souza	Marcilene Keller Hermsdorff
Christiane Motta Araújo	Mário Guimarães Gomes
Crislaine da Silva Borges Rocha	Neilane de Souza Viana
Elizabeth Aparecida Duque Seabra	Newller Thiago Fernandes Mascarenhas
Fernando Oliveira Gonçalves	Patrícia Aparecida de Oliveira
Gabriela Santos Dayrell Ferreira	Patrícia Machado de Oliveira
Graciele Ribeiro dos Santos	Raick Suel Pinheiro
Harriman Aley Moraes	Renata Luiz Ursine
Jhony Oliveira Zigato	Sérgio Wilson de Araújo
José Cláudio Luiz Nobre	Soraia Helena dos Santos
Josiane Silva Costa Bruzanga	Sueli Juliana Aguiar Azedo
Josias Xavier da Silva	Vinicius Lopes Cantuária
Juliana Clara Pinton	Wendes Fernandes Ribeiro
Kárem Muniz Oliveira	Yasmin Madureira Farah

Composição conforme a Portaria/Prograd nº 37/2026.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 — IDENTIDADE INSTITUCIONAL E INSERÇÃO REGIONAL.....	10
Missão institucional.....	10
Declaração da Missão.....	10
Excelência Acadêmica, Científica e Cultural.....	11
Transformação e Atuação Territorial.....	11
Inclusão, Ética e Gestão Democrática.....	11
Projeto formativo institucional.....	12
Princípios Institucionais.....	12
Princípios Acadêmicos.....	12
Princípios Sociais.....	12
Princípios da Formação.....	13
Perfil do Egresso.....	13
Formação para a Cidadania e Fortalecimento da Democracia.....	14
Inserção regional multicampi.....	15
Inserção Territorial e o Ensino.....	16
Inserção Territorial e a Pesquisa.....	16
Inserção Territorial, Extensão, Cultura e Saberes Locais.....	17
Identidade Institucional e Compromisso com a Formação.....	17
CAPÍTULO 2 — CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA.....	19
Concepção de Conhecimento e Aprendizagem.....	19
Ensino e formação por competências.....	20
Integração entre Teoria, Prática, Pesquisa, Extensão e Inovação.....	21
Flexibilização Curricular e Autonomia Discente.....	21
Avaliação da aprendizagem.....	22
Inovação nos Processos de Ensino e Aprendizagem.....	23
CAPÍTULO 3 — POLÍTICAS ACADÊMICAS INTEGRADAS.....	25
Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão.....	25
Diretrizes para o ensino na graduação.....	26
Diretrizes para o ensino na pós-graduação.....	28
Diretrizes para a extensão e cultura.....	32
Programas de Apoio à Formação Acadêmica.....	34
Acesso, Inclusão, Permanência e Sucesso Acadêmico.....	35
CAPÍTULO 4 — GESTÃO ACADÊMICA E GOVERNANÇA PEDAGÓGICA.....	39
Governança Acadêmica e Processos Decisórios.....	39
Papel dos Núcleos Docentes Estruturantes e dos Colegiados de Curso.....	40
Articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).....	41
Autoavaliação Institucional, Avaliação Externa e Regulação.....	42
Gestão da Trajetória Estudantil e Vida Acadêmica.....	44
CAPÍTULO 5 - DESENVOLVIMENTO DOCENTE.....	47
Formação e Desenvolvimento Docente.....	47

Inovação Pedagógica e Desenvolvimento Docente.....	48
Apoio Institucional à Docência e à Gestão Pedagógica.....	50
CAPÍTULO 6 — FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	52
Compromisso institucional com a Educação Básica.....	52
Formação de Professores como Compromisso Institucional, Público e Territorial.....	53
Integração Formativa e Identidade Curricular das Licenciaturas.....	55
Articulação Universidade–Escola, Redes de Ensino e Territórios Educativos.....	56
Centralidade da Prática, do Estágio e da Inserção Progressiva na Escola.....	58
Considerações Finais.....	60
BIBLIOGRAFIA.....	62

INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira passou por profundas transformações nas últimas décadas, marcadas pela ampliação do acesso, pela diversificação do perfil estudantil e pela expansão da oferta educacional para regiões historicamente afastadas dos grandes centros urbanos e econômicos do país. Esse movimento representou um importante avanço na democratização do ensino superior, ampliando oportunidades de formação acadêmica, produção de conhecimento e desenvolvimento social para populações que, por muitos anos, permaneceram à margem dos principais processos de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais.

Nesse contexto, a interiorização da educação superior pública assumiu papel estratégico para a redução das desigualdades regionais e para a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios brasileiros. A presença de universidades públicas em regiões do interior fortaleceu a formação de profissionais qualificados, ampliou a produção científica voltada às demandas locais e consolidou novos espaços de inovação, cultura e transformação social. Mais do que ampliar vagas e cursos, esse processo contribuiu para a construção de novas perspectivas de futuro para milhares de estudantes e comunidades em diferentes regiões do país.

As universidades públicas articulam ensino, pesquisa, extensão e cultura, compreendendo a formação acadêmica como um processo que transcende a aquisição de competências técnicas e envolve o desenvolvimento humano, ético, crítico e social dos estudantes. Além da formação profissional de excelência, elas também são responsáveis pela promoção da cidadania, pela valorização da diversidade, pela defesa da democracia e pela construção de respostas socialmente relevantes para os desafios contemporâneos.

É nesse contexto que se insere a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Vinculada a territórios historicamente marcados por desigualdades socioeconômicas, mas também por expressiva riqueza cultural, ambiental e humana, a UFVJM consolidou-se como importante agente de desenvolvimento regional e de democratização do acesso à educação superior pública. Sua atuação dialoga com a diversidade de sujeitos, comunidades e modos de vida presentes nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e nas regiões Norte, Noroeste e Central de Minas Gerais incluindo populações urbanas e rurais, comunidades tradicionais, povos do campo, grupos socialmente vulnerabilizados e diferentes expressões culturais que compõem a identidade desses territórios. Essa inserção territorial confere singularidade ao projeto institucional da

universidade e reforça seu compromisso com uma formação socialmente referenciada e conectada às realidades locais e regionais.

A identidade institucional da UFVJM está associada ao compromisso com a transformação social por meio da educação, da ciência, da cultura e da extensão universitária. Sua missão institucional orienta-se pela formação de cidadãos e profissionais capazes de atuar de forma ética, crítica, inovadora e comprometida com o desenvolvimento sustentável dos territórios em que vivem e trabalham.

O presente Projeto Pedagógico Institucional (PPI) constitui a expressão desse compromisso. Mais do que um documento orientador, o PPI representa a identidade formativa da UFVJM, estabelecendo os princípios, valores, concepções e diretrizes que orientam suas políticas acadêmicas e suas práticas educativas. Trata-se de um instrumento político e pedagógico que traduz a visão institucional sobre formação, ensino, pesquisa, extensão, cultura, inclusão, inovação, internacionalização e compromisso social, servindo de referência para a organização dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como, para o desenvolvimento das ações acadêmicas da universidade.

Os estudantes e os docentes ocupam posição central no projeto formativo da UFVJM. A universidade reconhece os estudantes como sujeitos ativos da aprendizagem, da produção do conhecimento e da transformação social, valorizando seu protagonismo acadêmico, sua participação na vida universitária e sua capacidade de construir trajetórias formativas singulares. Da mesma forma, reconhece os docentes como agentes fundamentais para a concretização do projeto pedagógico institucional, responsáveis por promover experiências educativas que articulem conhecimento científico, compromisso social, inovação pedagógica e desenvolvimento humano.

A elaboração deste PPI resulta de um processo coletivo de reflexão institucional, envolvendo diferentes segmentos da comunidade universitária na construção de uma visão compartilhada sobre os princípios e compromissos que orientam a formação acadêmica na UFVJM. Sua construção buscou integrar experiências, perspectivas e conhecimentos oriundos de diferentes áreas, campi e trajetórias acadêmicas, reconhecendo a pluralidade como elemento constitutivo da universidade pública.

Essa construção coletiva ganha especial relevância em uma instituição multicampi. A presença da UFVJM em diferentes regiões do estado de Minas Gerais amplia sua capacidade de diálogo com distintos contextos sociais, econômicos e culturais, ao mesmo tempo em que exige permanente articulação entre unidades acadêmicas, cursos e

comunidades. A multicampia é compreendida, neste documento, não apenas como uma característica organizacional, mas como um valor institucional que fortalece a diversidade, amplia oportunidades de formação e potencializa a contribuição da universidade para o desenvolvimento regional.

Os princípios que fundamentam a atuação da UFVJM expressam sua identidade como universidade pública e orientam a construção desse projeto. Sua compreensão está vinculada à trajetória da instituição, à diversidade de seus territórios e ao papel social que desempenha por meio da formação acadêmica e da produção e socialização do conhecimento.

CAPÍTULO 1 — IDENTIDADE INSTITUCIONAL E INSERÇÃO REGIONAL

Missão institucional

Este capítulo apresenta os fundamentos que constituem a identidade institucional da UFVJM e orientam seu projeto formativo. Ao explicitar sua missão, princípios, inserção territorial e compromisso social, busca-se evidenciar os elementos que conferem unidade às políticas acadêmicas desenvolvidas nos diferentes campi e que orientam a atuação da universidade em diálogo permanente com a sociedade.

Declaração da Missão

Conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, a missão da UFVJM é:

“Promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e sociocultural da sua região, por meio da construção, aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental e da formação de profissionais inovadores e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e democrática.”

No âmbito deste Projeto Pedagógico Institucional, essa missão orienta uma concepção de formação acadêmica que articula a excelência científica e profissional à responsabilidade ética, à inovação, à sustentabilidade e ao compromisso social. Sua concretização pressupõe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o reconhecimento da diversidade de sujeitos e saberes e a construção de experiências formativas comprometidas com as necessidades dos territórios e com os desafios contemporâneos da sociedade.

Inserida em territórios marcados por expressiva diversidade social, cultural e ambiental, a UFVJM reconhece e valoriza os saberes locais e ancestrais, promovendo o diálogo intercultural e a construção compartilhada do conhecimento. Sua presença nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e nas regiões Norte, Noroeste e Central de Minas Gerais confere singularidade à sua missão institucional e orienta sua contribuição para o desenvolvimento regional sustentável, em diálogo com os desafios nacionais e globais.

Para cumprir sua missão e gerar valor público à sociedade, a UFVJM articula seus fundamentos nas seguintes dimensões essenciais:

Excelência Acadêmica, Científica e Cultural

A UFVJM compreende a produção científica, tecnológica, artística e cultural como um bem público, orientado pelo compromisso com a democratização do conhecimento e com a geração de soluções capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios e para o enfrentamento dos desafios contemporâneos da sociedade. Através da excelência acadêmica e por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a UFVJM busca assegurar a produção, a difusão e a aplicação de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e ancestrais de forma socialmente relevante. A UFVJM valoriza também a interdisciplinaridade e a cosmovisão como princípio integrador das diferentes áreas do saber e incentiva a inovação, o empreendedorismo e a busca por soluções capazes de responder aos desafios contemporâneos, contribuindo para o avanço da ciência, da tecnologia e da sociedade.

Transformação e Atuação Territorial

Em consonância com sua inserção nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no Norte, Noroeste e Região Central de Minas Gerais, a UFVJM atua como agente de transformação dos territórios, contribuindo para a geração de oportunidades, a qualificação profissional, a valorização dos saberes locais e o fortalecimento de políticas públicas voltadas às necessidades da população. Esse compromisso orienta-se pelos pilares do bem viver, compreendidos com a relação respeitosa com a natureza, a valorização do bem-estar coletivo e a busca por modelos de desenvolvimento socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. Como universidade multicampi, a UFVJM amplia o acesso à educação superior pública de qualidade e fortalece sua capacidade de promover o desenvolvimento regional sustentável.

Inclusão, Ética e Gestão Democrática

A Universidade pauta suas ações pelos princípios da inclusão, diversidade e acessibilidade, assegurando o respeito às diferenças e a promoção da equidade em todas as dimensões da vida acadêmica. Reconhece a pluralidade de identidades, culturas, epistemologias, trajetórias e formas de conhecimento como elemento constitutivo de uma comunidade universitária democrática e acolhedora. Fundamentada na autonomia universitária e na gestão democrática, busca fortalecer a participação da comunidade acadêmica e da

sociedade na construção de seus rumos institucionais, consolidando-se como uma universidade pública inovadora, inclusiva e socialmente relevante.

Projeto formativo institucional

O projeto formativo institucional da UFVJM expressa a identidade pedagógica da instituição e orienta as diretrizes que fundamentam a formação acadêmica em todos os seus níveis e modalidades de ensino. Alicerçada na missão de produzir, socializar e aplicar o conhecimento em benefício da sociedade, a UFVJM organiza sua atuação pedagógica a partir dos seguintes princípios norteadores:

Princípios Institucionais

Os princípios institucionais da UFVJM expressam seu compromisso com a educação superior pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada. Sua atuação orienta-se pela qualidade acadêmica, pela responsabilidade social e ambiental e pelo respeito à diversidade dos territórios, articulando a inserção regional às dinâmicas nacionais e internacionais de produção do conhecimento e cooperação universitária.

Princípios Acadêmicos

A UFVJM fundamenta sua atuação acadêmica na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, articulando essas dimensões à inovação e à produção de conhecimentos socialmente relevantes. Orientada pela excelência acadêmica e pelo rigor científico, valoriza a investigação crítica, a qualidade da formação e a produção científica comprometida com o interesse público. Reconhece, ainda, a diversidade de formas de conhecimento e promove o diálogo entre os saberes científicos, tradicionais, populares e locais, em uma perspectiva interdisciplinar e intercultural que respeita suas especificidades e favorece a construção compartilhada de conhecimentos.

Princípios Sociais

A UFVJM reconhece a educação e o conhecimento como instrumentos de promoção da justiça social, da equidade e do fortalecimento da democracia, orientando sua atuação para a redução das desigualdades e a ampliação das oportunidades de desenvolvimento humano e coletivo. Nesse compromisso, valoriza a diversidade sociocultural dos territórios em que se insere, especialmente os povos e comunidades tradicionais, reconhecendo seus

conhecimentos, identidades e modos de vida e promovendo sua participação na construção e na socialização dos saberes. Sua responsabilidade social expressa-se em uma atuação acadêmica ética, comprometida com o respeito às diferenças, a defesa dos direitos humanos e a transformação das realidades sociais.

Princípios da Formação

A UFVJM compreende a formação acadêmica como um processo integral e contínuo de desenvolvimento humano, científico, profissional e cidadão, fundamentado na construção crítica do conhecimento e no compromisso com a transformação social. Nessa perspectiva, a formação articula conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, preparando os estudantes para compreender situações complexas, mobilizar diferentes saberes, resolver problemas e tomar decisões fundamentadas, éticas e socialmente responsáveis.

A formação orienta-se por uma concepção dialógica e emancipatória da educação, que reconhece os estudantes como sujeitos ativos na construção do conhecimento e valoriza a articulação entre reflexão crítica, experiências formativas e participação na vida acadêmica. Esses fundamentos orientam as concepções de ensino e aprendizagem, as práticas pedagógicas e a organização curricular desenvolvidas nos capítulos seguintes.

Perfil do Egresso

O perfil do egresso expressa a concepção de formação assumida pela UFVJM e constitui referência fundamental para a definição das competências a serem desenvolvidas ao longo dos cursos de graduação. Independentemente da área de conhecimento, a Universidade busca formar profissionais com sólida base científica, competência técnica, pensamento crítico, autonomia intelectual, capacidade investigativa, compromisso com a aprendizagem ao longo da vida e responsabilidade com o desenvolvimento sustentável dos territórios em que atuam.

Espera-se que seus egressos sejam capazes de produzir e aplicar conhecimentos, utilizar tecnologias de forma crítica e ética, trabalhar de maneira colaborativa, comunicar-se com diferentes públicos, atuar em equipes interdisciplinares, respeitar a diversidade, exercer liderança quando necessário e contribuir para a inovação, o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais.

Mais do que formar profissionais aptos ao exercício de uma carreira, a UFVJM busca formar cidadãos comprometidos com o interesse público, capazes de transformar conhecimento

em desenvolvimento humano, social, científico e tecnológico, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e sustentável. Esse perfil institucional orienta a elaboração e a atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), nos quais se desdobra em competências específicas, objetivos de aprendizagem, organização curricular e processos avaliativos, considerando as particularidades de cada área de formação e as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

Formação para a Cidadania e Fortalecimento da Democracia

A UFVJM reconhece a formação para a cidadania e o fortalecimento da democracia como dimensões essenciais de seu projeto formativo. Nessa perspectiva, a educação superior deve contribuir para que os estudantes compreendam os fundamentos da vida democrática, reconheçam seus direitos e responsabilidades e desenvolvam condições para participar de maneira crítica, ética e responsável da sociedade. Esse compromisso pressupõe a valorização dos direitos humanos, da liberdade de pensamento e expressão, do pluralismo de ideias, da diversidade, da equidade, da inclusão e da acessibilidade, compreendidos como fundamentos de uma convivência democrática pautada pelo respeito às diferenças e pela justiça social.

A formação democrática exige, ainda, o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico e da capacidade de analisar informações, argumentos e evidências de maneira fundamentada, incluindo a educação científica e midiática como instrumentos para o enfrentamento da desinformação e o exercício responsável da comunicação.

A concretização desses compromissos requer experiências formativas que favoreçam a vivência dos valores democráticos no cotidiano universitário, por meio do diálogo, da participação coletiva, do respeito à diversidade de perspectivas e da argumentação fundamentada. Nesse sentido, os cursos devem promover oportunidades de reflexão crítica e exercício da responsabilidade cidadã, articuladas às especificidades de cada área de formação. Ao reconhecer que toda atuação profissional produz consequências sociais, econômicas, culturais e ambientais, a UFVJM busca formar egressos capazes de tomar decisões fundamentadas, agir com responsabilidade ética e contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

A formação acadêmica na UFVJM também fundamenta-se no compromisso com uma educação antirracista, orientada pelo reconhecimento da diversidade étnico-racial, pelo enfrentamento do racismo, inclusive em suas manifestações institucionais, e de outras formas de discriminação, bem como pela valorização das contribuições históricas, científicas, culturais e sociais das populações negras, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Essa perspectiva deve integrar, de forma transversal e contextualizada, os projetos formativos dos cursos, os processos de ensino e aprendizagem e as práticas pedagógicas, respeitadas as especificidades das diferentes áreas do conhecimento. Ao reconhecer a pluralidade de saberes e enfrentar preconceitos e desigualdades étnico-raciais, a instituição reafirma seu compromisso com uma formação crítica, plural e socialmente responsável, pautada pela equidade, pelos direitos humanos e pela construção de relações acadêmicas respeitosas e inclusivas.

Inserção regional multicampi

A organização multicampi constitui uma dimensão estruturante da identidade institucional da UFVJM e expressa seu compromisso com a democratização do acesso à educação superior pública, a interiorização do conhecimento e o desenvolvimento dos territórios em que atua. Mais do que uma distribuição geográfica de unidades acadêmicas, a multicampia pressupõe uma atuação institucional articulada, capaz de reconhecer as particularidades sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada região, sem comprometer a unidade do projeto formativo e a qualidade acadêmica da Universidade.

Nessa perspectiva, a inserção regional orienta-se pelos princípios da equidade entre os campi, da integração acadêmica e administrativa, da valorização das identidades territoriais e da responsabilidade social. A UFVJM reconhece que a diversidade de seus territórios constitui uma oportunidade para a produção compartilhada de conhecimentos, a cooperação entre diferentes áreas do saber e a construção de respostas aos desafios regionais. Assim, sua atuação busca articular a autonomia e as especificidades dos campi a compromissos institucionais comuns, promovendo oportunidades de formação, pesquisa e extensão socialmente relevantes e contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

A atuação da UFVJM abrange os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e as regiões Norte, Noroeste e Central de Minas Gerais, com unidades em Diamantina, Teófilo Otoni, Janaúba, Unaí e Conceição do Mato Dentro. Conforme o PDI 2024–2028, as regiões geográficas imediatas associadas aos quatro campi então considerados compreendiam 62 municípios,

com aproximadamente 975 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022. A incorporação do campus de Conceição do Mato Dentro amplia a presença institucional na região Central de Minas Gerais, demandando a atualização da delimitação territorial e dos respectivos indicadores demográficos.

Inserção Territorial e o Ensino

A UFVJM compreende os territórios em que atua como espaços de aprendizagem, produção de conhecimentos e desenvolvimento profissional e cidadão. Essa perspectiva orienta a aproximação dos currículos às características sociais, culturais, econômicas e ambientais das regiões, permitindo que os estudantes articulem conhecimentos científicos, experiências práticas e saberes locais na compreensão de problemas concretos e no desenvolvimento de competências comprometidas com as necessidades da sociedade.

Essa atuação manifesta-se também na articulação com os serviços públicos, as instituições e os setores produtivos regionais, que constituem espaços de aprendizagem e formação profissional. Os estágios e as atividades de ensino nas comunidades possibilitam a integração entre teoria e prática nos mais diversos contextos de atuação profissional. Essas experiências favorecem a formação dos estudantes e, simultaneamente, fortalecem a relação da Universidade com as demandas e potencialidades dos territórios.

A UFVJM assume a articulação com a educação básica, especialmente com as redes públicas de ensino, como compromisso institucional transversal a todas as áreas do conhecimento, reconhecendo as escolas como espaços de formação, produção compartilhada de conhecimentos e desenvolvimento de práticas educativas. Essa relação deve fundamentar-se no diálogo e na cooperação entre a Universidade, os profissionais da educação e as comunidades escolares, por meio de experiências de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a formação dos estudantes universitários e para o fortalecimento da educação básica nos territórios de atuação institucional. Nesse contexto, os cursos de licenciatura desempenham papel estratégico na formação de professores, na integração entre universidade e escola e na valorização dos saberes e das experiências da profissão docente, sem que essa responsabilidade se restrinja à formação docente.

Inserção Territorial e a Pesquisa

A pesquisa científica desenvolvida pela UFVJM articula-se aos desafios e às potencialidades dos territórios em que atua, contribuindo para a produção de

conhecimentos, a inovação e a formulação de políticas públicas, em diálogo com questões nacionais e internacionais.

Essa relação manifesta-se em pesquisas que contemplam diferentes áreas do conhecimento e dialogam com as demandas e potencialidades dos territórios. Abrange estudos sobre agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural, assim como investigações relacionadas à saúde da população, à biotecnologia e ao fortalecimento do SUS. Inclui, ainda, pesquisas em educação e formação de professores, políticas públicas, gestão pública, desenvolvimento econômico, história, cultura, patrimônio e turismo sustentável. No campo ambiental, científico e tecnológico, destacam-se estudos sobre biodiversidade, recursos hídricos, saneamento, energias renováveis, processos industriais sustentáveis e mineração responsável. Essas frentes exemplificam a diversidade da produção científica da UFVJM e sua contribuição para o desenvolvimento regional, sem limitar as possibilidades de investigação e de articulação entre diferentes áreas do conhecimento.

Inserção Territorial, Extensão, Cultura e Saberes Locais

A extensão universitária fortalece a inserção territorial da UFVJM por meio do diálogo e da construção compartilhada de conhecimentos com as comunidades, articulando os saberes acadêmicos, populares e tradicionais. Essa relação valoriza as identidades, as manifestações culturais e os modos de vida dos territórios, reconhecendo as comunidades como sujeitos ativos na produção do conhecimento e na identificação de soluções para seus desafios.

Por meio de iniciativas, projetos e programas de extensão e cultura, a Universidade contribui para a valorização e a difusão das expressões artísticas e culturais regionais. Integradas à formação acadêmica, as experiências extensionistas aproximam os estudantes das realidades sociais, culturais e ambientais, fortalecendo a aprendizagem, o compromisso ético e a participação na transformação social.

Identidade Institucional e Compromisso com a Formação

A identidade institucional da UFVJM constitui referência para seu projeto formativo e para a organização das políticas acadêmicas. Os compromissos com a excelência científica, a formação integral, a responsabilidade social e a inserção territorial devem orientar as

concepções pedagógicas, os Projetos Pedagógicos dos Cursos e as experiências formativas, respeitando a diversidade das áreas de conhecimento e as especificidades dos diferentes campi.

CAPÍTULO 2 — CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

A concepção pedagógica da UFVJM expressa os fundamentos que orientam os processos de ensino e aprendizagem, a organização curricular e a formação acadêmica em suas diferentes áreas do conhecimento. Fundamentada nos princípios e compromissos institucionais apresentados no Capítulo 1, articula a produção e a socialização do conhecimento à formação integral dos estudantes, reconhecendo a diversidade de sujeitos, saberes e contextos como dimensão constitutiva da experiência universitária. Essa concepção orienta os PPCs e as práticas educativas, respeitando as especificidades das áreas de formação e das modalidades de ensino.

Concepção de Conhecimento e Aprendizagem

A concepção pedagógica da UFVJM fundamenta-se na compreensão do conhecimento como construção histórica, social, cultural e científica, produzida e continuamente reelaborada por meio da investigação, da reflexão crítica e da interação entre sujeitos e contextos. A Universidade reconhece a pluralidade de saberes e o diálogo entre diferentes perspectivas de conhecimento, preservando o rigor metodológico, a análise crítica e a validação científica como fundamentos da produção acadêmica.

A aprendizagem é compreendida como um processo ativo, contínuo e contextualizado, no qual os estudantes mobilizam conhecimentos e experiências anteriores, desenvolvem novas compreensões e constroem capacidades para interpretar e intervir na realidade. Essa perspectiva reconhece a diversidade das trajetórias e das condições de aprendizagem, valorizando a autonomia intelectual, a capacidade investigativa e a participação dos estudantes em seu percurso formativo.

Nesse processo, o docente exerce papel fundamental no planejamento, na organização e na condução de experiências educativas, articulando conhecimentos científicos, estratégias de ensino e acompanhamento da aprendizagem. A relação pedagógica pressupõe diálogo, responsabilidade compartilhada e intencionalidade formativa, reconhecendo que diferentes objetivos, áreas de conhecimento e contextos educacionais demandam abordagens metodológicas diversificadas.

A UFVJM compreende que ensinar e aprender envolvem a articulação entre conhecimentos teóricos, experiências práticas e reflexão crítica. Nessa perspectiva, os estágios curriculares supervisionados constituem espaços privilegiados de aprendizagem, nos quais os estudantes vivenciam situações reais de atuação profissional, mobilizam conhecimentos e desenvolvem competências técnicas, éticas e relacionais. Essas experiências, assim como outras atividades práticas e investigativas, favorecem a compreensão dos contextos de atuação, a construção da identidade profissional e o desenvolvimento progressivo da autonomia acadêmica e profissional.

Ensino e formação por competências

A UFVJM se orienta por um processo formativo baseado no desenvolvimento de competências, entendidas como a mobilização integrada de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para compreender, analisar e responder de forma crítica, criativa e ética às demandas profissionais e sociais.

Essa perspectiva busca superar uma compreensão fragmentada da aprendizagem, favorecendo a integração entre fundamentos científicos, capacidade técnica, pensamento crítico, comunicação, trabalho colaborativo, resolução de problemas, liderança, inovação e responsabilidade social.

O desenvolvimento das competências ocorre por meio de experiências formativas diversificadas, nas quais o estudante é protagonista de sua aprendizagem, participa ativamente da construção do conhecimento e amplia sua capacidade de atuar em contextos marcados pela rápida evolução científica e tecnológica, pela transformação digital e pelas constantes mudanças do mundo do trabalho.

O desenvolvimento das competências requer acompanhamento sistemático e progressivo ao longo do percurso formativo, considerando os objetivos de aprendizagem e o perfil do egresso estabelecidos nos PPCs. Esse acompanhamento deve permitir a identificação de avanços e dificuldades, subsidiando intervenções pedagógicas e o aperfeiçoamento das experiências formativas, em articulação com os princípios e as diretrizes de avaliação da aprendizagem apresentados neste Projeto Pedagógico Institucional.

Integração entre Teoria, Prática, Pesquisa, Extensão e Inovação

Na UFVJM, a integração entre teoria, prática, pesquisa, extensão e inovação constitui diretriz para a organização de experiências formativas que articulem fundamentos científicos, investigação, reflexão crítica e atuação em situações concretas. Essa perspectiva favorece a compreensão da complexidade dos problemas contemporâneos e o desenvolvimento de competências para a construção de respostas fundamentadas em evidências científicas, no diálogo com diferentes saberes e no compromisso com o interesse público.

Os cursos devem promover oportunidades de aprendizagem que integrem essas dimensões ao longo do percurso formativo, por meio de práticas investigativas, atividades extensionistas, experiências interdisciplinares, resolução de problemas, trabalho colaborativo e utilização crítica das tecnologias. A seleção dessas estratégias deve considerar os objetivos de aprendizagem, o perfil do egresso e as especificidades de cada área, assegurando intencionalidade pedagógica e coerência curricular.

Flexibilização Curricular e Autonomia Discente

A UFVJM compreende a flexibilização curricular como diretriz de organização dos percursos formativos, articulada aos princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e da formação integral. Sem comprometer a solidez científica e profissional dos cursos, essa perspectiva reconhece a diversidade de interesses, experiências e trajetórias dos estudantes, possibilitando diferentes oportunidades de aprofundamento e integração de conhecimentos, em consonância com os objetivos formativos e as DCNs.

A flexibilização expressa-se na diversificação das unidades curriculares, nas possibilidades de mobilidade acadêmica, no reconhecimento de aprendizagens e na integração de experiências de ensino, pesquisa e extensão à formação. Articula-se, ainda, ao desenvolvimento da autonomia discente, compreendida como capacidade progressiva de organizar os estudos, assumir responsabilidades e participar ativamente do próprio processo de aprendizagem. Nesse contexto, estratégias como o Trabalho Discente Efetivo (TDE), quando pedagogicamente planejadas e acompanhadas, podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia intelectual.

Considerando a diversidade de condições sociais, econômicas e educacionais dos estudantes, a UFVJM reconhece que a flexibilização curricular também pode contribuir para a permanência e o êxito acadêmico, ao favorecer percursos formativos compatíveis com diferentes necessidades e possibilidades de aprendizagem. Cabe aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) estabelecer as formas de flexibilização adequadas às especificidades de cada formação, em consonância com a regulamentação institucional, assegurando a coerência curricular e a qualidade acadêmica.

Avaliação da aprendizagem

A UFVJM compreende a avaliação da aprendizagem como processo contínuo, sistemático e integrado ao ensino, que articula as funções diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação diagnóstica permite identificar conhecimentos prévios, dificuldades e necessidades de aprendizagem; a formativa acompanha o desenvolvimento dos estudantes ao longo do percurso acadêmico, oferecendo subsídios para a reorientação das práticas pedagógicas; e a somativa verifica e registra os resultados alcançados em determinados momentos da formação, contribuindo para a aferição do desempenho e para as decisões relativas à progressão acadêmica. Essas funções são complementares e devem estar articuladas aos objetivos de aprendizagem e às competências previstas nos PPCs.

Nessa perspectiva, os processos avaliativos devem apresentar coerência com os objetivos formativos, os conteúdos e as estratégias de ensino, contemplando instrumentos diversificados e adequados às especificidades das áreas de conhecimento. A avaliação considera tanto os conhecimentos construídos quanto a capacidade de mobilizá-los em diferentes situações, valorizando o pensamento crítico, a reflexão, a autonomia e a aplicação fundamentada dos saberes. A definição de critérios claros, a comunicação dos resultados e a oferta de devolutivas que orientem o aprimoramento da aprendizagem constituem elementos essenciais desse processo.

A avaliação pressupõe a participação ativa dos estudantes e a responsabilidade pedagógica dos docentes, reconhecendo as dificuldades identificadas como oportunidades de aprendizagem e de aperfeiçoamento das práticas educativas. A articulação entre acompanhamento contínuo, análise dos resultados e intervenções pedagógicas fortalece uma cultura avaliativa comprometida com a aprendizagem, sem desconsiderar a necessidade de verificar e certificar os conhecimentos e as competências desenvolvidos. Assim, a UFVJM reafirma seu compromisso com uma avaliação ética, inclusiva,

transparente e orientada à qualidade da formação, em consonância com a regulamentação acadêmica institucional.

Inovação nos Processos de Ensino e Aprendizagem

A UFVJM compreende a inovação pedagógica como um processo contínuo de reflexão, experimentação e aperfeiçoamento das práticas de ensino e aprendizagem, orientado pela qualidade da formação e pelas transformações científicas, tecnológicas e sociais. Inovar não se restringe à adoção de novas metodologias ou tecnologias, mas pressupõe intencionalidade pedagógica, fundamentação científica e avaliação de sua contribuição para a aprendizagem, considerando a diversidade dos estudantes, das áreas de conhecimento e dos contextos formativos.

Nessa perspectiva, a Universidade valoriza a diversificação das estratégias de ensino, incluindo metodologias que favoreçam a participação ativa dos estudantes, a resolução de problemas, a investigação e a construção colaborativa do conhecimento. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) constituem recursos relevantes para ampliar as possibilidades de interação, acesso à informação e desenvolvimento de experiências educativas, desde que sua utilização esteja articulada aos objetivos de aprendizagem e às especificidades de cada curso, observadas as condições de equidade, inclusão e acessibilidade.

As metodologias ativas de aprendizagem constituem possibilidades pedagógicas que favorecem a participação dos estudantes na construção do conhecimento, por meio da investigação, da problematização, da resolução de situações reais ou simuladas e da reflexão sobre suas experiências. Sua utilização pressupõe intencionalidade pedagógica, planejamento e mediação docente, reconhecendo os estudantes como sujeitos ativos, sem desconsiderar a importância da fundamentação teórica e de outras estratégias de ensino. Ao estimular a autonomia intelectual, o pensamento crítico, a colaboração e a capacidade de mobilizar conhecimentos em diferentes contextos, essas metodologias podem contribuir para o desenvolvimento das competências previstas nos projetos formativos dos cursos, desde que adequadas aos objetivos de aprendizagem e acompanhadas da avaliação de seus resultados.

A incorporação da inteligência artificial aos processos educativos integra esse compromisso com a inovação responsável, orientada pela centralidade humana, pela ética, pela transparência e pela integridade acadêmica. Sua utilização deve preservar a autoria, a

proteção de dados, a verificação crítica das informações e a responsabilidade humana pelos resultados, sem substituir a participação intelectual, a criatividade e a autonomia dos estudantes. Nesse contexto, a UFVJM reconhece a necessidade de desenvolver competências para o uso crítico dessas tecnologias, compreender suas possibilidades e limitações e preservar experiências de aprendizagem e avaliação que permitam demonstrar conhecimentos e habilidades de forma autônoma.

A inovação pedagógica constitui, assim, uma orientação transversal da formação acadêmica, cuja concretização considera a autonomia didático-pedagógica, as particularidades dos cursos e as condições institucionais. Cabe aos PPCs expressar essas orientações em suas propostas formativas, articulando estratégias de ensino, recursos educacionais e processos avaliativos de maneira coerente com o perfil do egresso e as competências a serem desenvolvidas, em consonância com as diretrizes institucionais para o uso responsável da inteligência artificial.

CAPÍTULO 3 — POLÍTICAS ACADÊMICAS INTEGRADAS

As políticas acadêmicas integradas constituem os meios pelos quais a UFVJM materializa sua concepção pedagógica e organiza a formação em seus diferentes níveis, modalidades e contextos de atuação. Fundamentadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura, essas políticas orientam o ensino de graduação e pós-graduação, os programas de qualificação acadêmica, as ações de inclusão e permanência e as relações da universidade com a sociedade. Em uma instituição pública e multicampi, sua articulação busca assegurar unidade institucional, respeito às especificidades dos cursos e dos territórios e compromisso permanente com a qualidade, a equidade e a formação socialmente referenciada.

Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista no artigo 207 da Constituição Federal, constitui princípio estruturante das políticas acadêmicas da UFVJM. Sua concretização pressupõe a articulação entre a formação acadêmica, a produção científica e a interação com a sociedade, de modo que essas dimensões se fortaleçam mutuamente e contribuam para a qualidade da educação superior e a relevância social do conhecimento produzido.

No âmbito do ensino, essa integração se expressa na incorporação dos conhecimentos produzidos pela pesquisa e das experiências construídas na extensão aos processos formativos. A participação dos estudantes em projetos de investigação, iniciação científica, atividades extensionistas e outras experiências acadêmicas amplia as oportunidades de aprendizagem, favorecendo a articulação entre fundamentos teóricos, práticas investigativas e diferentes contextos de atuação. Ao mesmo tempo, questões identificadas no ensino podem suscitar novas investigações e iniciativas de extensão, fortalecendo a integração entre essas atividades.

A pesquisa contribui para a produção e a atualização do conhecimento científico, ao mesmo tempo que constitui espaço de formação acadêmica e desenvolvimento da capacidade investigativa. Sua articulação com o ensino e a extensão possibilita que problemas científicos, sociais, culturais, ambientais e tecnológicos sejam abordados por diferentes

perspectivas, considerando tanto os desafios dos territórios em que a UFVJM atua quanto questões de alcance nacional e internacional. Essa integração valoriza a diversidade das áreas do conhecimento e reconhece diferentes formas de contribuição da produção científica para a sociedade.

A extensão universitária, por sua natureza dialógica, fortalece as relações entre a Universidade e os diversos setores da sociedade, reconhecendo as comunidades como participantes da construção e da circulação de conhecimentos. A inserção curricular da extensão constitui uma estratégia relevante para integrar essas experiências aos percursos formativos, articulando conhecimentos acadêmicos, saberes populares e tradicionais e demandas sociais. Nessa perspectiva, as atividades extensionistas também podem contribuir para a identificação de questões de pesquisa e para o desenvolvimento de práticas educativas socialmente referenciadas.

A integração das políticas acadêmicas requer, portanto, articulação entre cursos, programas, projetos e diferentes instâncias institucionais, respeitando as especificidades das áreas de conhecimento e dos campi. A UFVJM reconhece que a indissociabilidade não se realiza apenas pela coexistência de atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas pela construção de oportunidades efetivas de interação entre elas, orientando a organização acadêmica e o aperfeiçoamento contínuo da formação universitária.

Diretrizes para o ensino na graduação

O ensino de graduação na UFVJM orienta-se pelo compromisso com a formação acadêmica, científica, profissional e cidadã, em consonância com os princípios institucionais e a concepção pedagógica estabelecidos neste PPI. A política de graduação busca assegurar uma formação de qualidade, socialmente referenciada e comprometida com o desenvolvimento de conhecimentos e competências que permitam aos estudantes atuar de maneira crítica, ética e responsável em diferentes contextos profissionais e sociais. Essas diretrizes constituem referências para a elaboração, o acompanhamento e a atualização dos PPCs, respeitadas as especificidades das áreas de conhecimento e as respectivas DCNs.

A diversidade da oferta de graduação, expressa em cursos de bacharelado, licenciatura e diferentes organizações curriculares e modalidades de ensino, constitui uma característica importante da UFVJM. Essa diversidade requer que cada curso estabeleça sua identidade formativa, considerando o perfil institucional do egresso, as competências próprias da área, as demandas acadêmicas e profissionais e os contextos de atuação de seus futuros

profissionais. Os PPCs devem explicitar essa identidade e demonstrar a coerência entre o perfil do egresso, os objetivos formativos, as competências a serem desenvolvidas e a organização curricular proposta.

A organização curricular deve favorecer a progressão das aprendizagens e a integração dos conhecimentos ao longo do curso, evitando a fragmentação excessiva entre componentes curriculares e experiências formativas. Nessa perspectiva, os PPCs devem estabelecer relações entre os conteúdos, as competências e as atividades acadêmicas, considerando oportunidades de interdisciplinaridade, flexibilização curricular e articulação entre teoria e prática. Os estágios, as práticas profissionais, os projetos integradores e outras experiências previstas na formação devem contribuir para o desenvolvimento progressivo das competências e para a aproximação dos estudantes com os contextos de atuação acadêmica, profissional e social.

Em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os cursos devem favorecer a integração dessas dimensões aos percursos formativos. A inserção curricular da extensão deve estar articulada aos objetivos do curso e às competências previstas no PPC, promovendo experiências de interação dialógica com a sociedade. Da mesma forma, a participação em atividades de investigação, iniciação científica, inovação e cultura deve ser valorizada como oportunidade de aprofundamento dos conhecimentos e ampliação das experiências acadêmicas, observadas as características de cada formação.

A qualidade da graduação pressupõe coerência entre os objetivos de aprendizagem, as estratégias pedagógicas e os processos avaliativos. Cabe aos cursos, por meio de seus docentes e instâncias acadêmicas, desenvolver práticas de ensino e avaliação adequadas às competências previstas, considerando a diversidade de estudantes e a necessidade de acompanhamento contínuo da aprendizagem. Os PPCs devem orientar essa articulação, assegurando que os processos avaliativos produzam evidências do desenvolvimento dos conhecimentos e competências esperados ao longo da formação, em consonância com a concepção pedagógica institucional.

A atualização dos PPCs deve considerar as transformações científicas, tecnológicas, culturais, sociais e profissionais relacionadas às diferentes áreas de conhecimento. Nesse processo, os cursos devem analisar as implicações dessas transformações sobre o perfil do egresso, os conteúdos, as competências e as práticas formativas, incluindo, quando pertinente, aquelas relacionadas ao uso crítico, ético e responsável da inteligência artificial. A incorporação de novas tecnologias e estratégias pedagógicas deve preservar a

autonomia intelectual dos estudantes e estar fundamentada em sua contribuição para os objetivos da formação, observadas as diretrizes institucionais específicas.

A articulação com a Educação Básica integra a política de graduação, especialmente no âmbito das licenciaturas e dos programas de formação de professores, mediante aproximação com as escolas, os sistemas de ensino e outros espaços educativos. A Universidade também valoriza a integração entre graduação e pós-graduação, favorecendo a circulação de conhecimentos, a participação em ambientes de investigação científica e a continuidade dos percursos acadêmicos. Essas relações devem contribuir para a qualificação da formação, respeitando as finalidades e particularidades dos diferentes cursos e níveis de ensino.

A política de graduação orienta-se, ainda, pelo compromisso com a inclusão, a equidade, a permanência e o sucesso acadêmico. Os cursos devem considerar a diversidade de trajetórias e condições dos estudantes, identificando barreiras que possam comprometer a aprendizagem, a participação nas atividades acadêmicas e a conclusão da formação. A articulação entre coordenações, docentes e setores institucionais de apoio constitui dimensão importante desse compromisso, favorecendo o acompanhamento dos percursos formativos e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e institucionais adequadas às necessidades identificadas.

A elaboração, o acompanhamento e a revisão dos PPCs constituem processos coletivos de responsabilidade acadêmica, nos quais os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), os colegiados de curso, as coordenações e os docentes exercem funções complementares, observadas suas atribuições institucionais. Esses processos devem considerar os resultados das avaliações da aprendizagem, os indicadores de desempenho acadêmico, as manifestações da comunidade universitária, os processos de avaliação institucional e as transformações das áreas de formação. Dessa forma, os PPCs devem constituir instrumentos efetivos de orientação e aperfeiçoamento dos cursos, e não apenas documentos destinados ao atendimento de exigências regulatórias.

Diretrizes para o ensino na pós-graduação

O ensino de pós-graduação na UFVJM orienta-se pelo compromisso com a formação acadêmica, científica e profissional avançada, a produção e a socialização do conhecimento, a inovação e a contribuição para o desenvolvimento científico, cultural, social, econômico e ambiental. Sua organização fundamenta-se na qualidade acadêmica,

na integridade científica, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na cooperação institucional e na responsabilidade social, considerando as diretrizes do Sistema Nacional de Pós-Graduação, as políticas institucionais e as especificidades das diferentes áreas do conhecimento.

A pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu* contempla diferentes objetivos e percursos formativos, respeitadas as características dos cursos de especialização e dos programas de mestrado e doutorado, acadêmicos ou profissionais. A organização didático-pedagógica deve expressar a identidade e os objetivos de cada curso ou programa, estabelecendo coerência entre o perfil de formação pretendido, as competências a serem desenvolvidas, os componentes curriculares, as atividades acadêmicas e os processos avaliativos. Essa orientação pressupõe o reconhecimento das diferentes formas de produção e aplicação do conhecimento, sem restringir a formação avançada a uma única perspectiva científica, tecnológica ou profissional.

A UFVJM tem o compromisso de fortalecer políticas de acesso, inclusão, permanência e conclusão na pós-graduação, considerando as desigualdades socioeconômicas, as condições de acessibilidade e as particularidades dos estudantes nos diferentes campi. As estratégias institucionais deverão favorecer condições adequadas de formação, orientação acadêmica, participação em atividades científicas e desenvolvimento de trajetórias formativas com qualidade e equidade.

O aprofundamento teórico e metodológico, a autonomia intelectual, a capacidade investigativa e a produção crítica e fundamentada do conhecimento são pilares da formação na pós-graduação. Os cursos e programas devem promover experiências formativas coerentes com seus objetivos, articulando atividades de ensino, pesquisa, orientação acadêmica e, quando pertinente, extensão, inovação e práticas profissionais. A organização curricular deve considerar oportunidades de interdisciplinaridade, cooperação entre áreas, compartilhamento de atividades acadêmicas e reconhecimento de experiências formativas, observadas as normas aplicáveis e as particularidades de cada nível de formação.

A pesquisa constitui dimensão central da formação *stricto sensu* e deve estar articulada aos objetivos, às linhas de pesquisa e às atividades acadêmicas dos programas. Os projetos de dissertação, tese e demais produtos acadêmicos devem favorecer o desenvolvimento da capacidade de formular problemas relevantes, selecionar e justificar métodos, analisar evidências, interpretar resultados e produzir contribuições originais ou socialmente relevantes, conforme a natureza da formação. Nos programas profissionais, essa articulação também deve considerar a produção de conhecimentos e soluções aplicáveis

aos contextos de atuação, respeitando as exigências de rigor científico e metodológico. Nos cursos lato sensu, as atividades formativas devem assegurar aprofundamento e atualização de conhecimentos e competências relacionados aos campos de especialização.

A UFVJM reconhece a importância da integração entre pós-graduação, graduação e demais atividades institucionais, favorecendo a circulação de conhecimentos, a participação em grupos e redes de pesquisa, o compartilhamento de experiências e a formação de novos pesquisadores, docentes e profissionais. A articulação com a extensão e com diferentes setores da sociedade deve contribuir para a identificação de problemas relevantes, a construção compartilhada de conhecimentos e a ampliação dos impactos acadêmicos e sociais da produção científica. Essas relações devem considerar tanto as necessidades dos territórios de atuação da Universidade quanto questões científicas e sociais de alcance nacional e internacional.

A política institucional de pós-graduação deverá priorizar a consolidação e a excelência acadêmica dos programas existentes, com ênfase na expansão qualificada da oferta de cursos de doutorado, como estratégia de fortalecimento da pesquisa, da formação avançada e da produção científica institucional. Paralelamente, deverá promover a criação de cursos de mestrado alinhados às vocações, potencialidades e demandas regionais dos diferentes campi da UFVJM, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando a capacidade acadêmica e institucional e as especificidades dos territórios de atuação. Essas ações deverão contribuir para a redução das assimetrias regionais, a interiorização da pós-graduação de qualidade, a formação de recursos humanos altamente qualificados e o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social das regiões atendidas pela Universidade.

A produção acadêmica e científica deve observar os princípios da ética, da integridade, da transparência, da confiabilidade e da responsabilidade dos pesquisadores. A UFVJM incentiva práticas de Ciência Aberta, acesso ao conhecimento, gestão responsável de dados científicos e divulgação dos resultados das pesquisas, respeitadas as exigências éticas, legais, de confidencialidade e de proteção da propriedade intelectual. A incorporação de tecnologias digitais e de inteligência artificial às atividades de ensino e pesquisa deve contribuir para o desenvolvimento científico e para a qualificação dos processos formativos, preservando a autoria, a participação intelectual, a verificação das informações e a supervisão humana, em consonância com as diretrizes institucionais específicas.

A inovação científica, tecnológica e social integra as diretrizes da pós-graduação, compreendendo diferentes formas de contribuição do conhecimento para a sociedade. Os

cursos e programas devem considerar, conforme suas áreas e objetivos, oportunidades de desenvolvimento de produtos, processos, metodologias, tecnologias, práticas educacionais, manifestações culturais, políticas públicas e outras contribuições científicas e profissionais. A articulação com laboratórios, grupos de pesquisa, ambientes de inovação, instituições públicas, organizações sociais e setores produtivos pode favorecer a aplicação e a circulação do conhecimento, respeitando a diversidade das áreas e a natureza das atividades acadêmicas.

A cooperação acadêmica nacional e internacional constitui dimensão estratégica para a qualificação da pós-graduação e a ampliação de suas redes de produção do conhecimento. A UFVJM estimula a participação em projetos colaborativos, redes de pesquisa, atividades acadêmicas compartilhadas, mobilidade docente e discente, cotutelas e outras formas de cooperação, conforme a viabilidade e as características dos cursos e programas. A internacionalização deve contribuir para o intercâmbio científico e cultural, o aprimoramento da formação e a ampliação da inserção acadêmica da Universidade, sem desconsiderar a relevância da cooperação regional e nacional.

A qualidade da pós-graduação requer acompanhamento sistemático dos processos formativos, das condições de desenvolvimento das atividades acadêmicas e dos resultados alcançados. Os cursos e programas devem considerar indicadores de desempenho, progressão e conclusão, qualidade da produção intelectual, formação de pesquisadores e profissionais, inserção dos egressos e impactos científicos e sociais, conforme suas finalidades e características. Nos programas stricto sensu, os processos de autoavaliação e planejamento devem dialogar com os referenciais e critérios da CAPES, utilizando seus resultados para identificar potencialidades, fragilidades e oportunidades de aperfeiçoamento.

A UFVJM, nesse contexto, deve promover o fortalecimento da cultura de autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação, mediante processos sistemáticos, participativos e orientados por evidências, articulados ao Plano de Desenvolvimento Institucional e às diretrizes do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Os resultados deverão subsidiar o planejamento estratégico, a definição de metas, o acompanhamento de indicadores e a implementação de ações de melhoria contínua, respeitadas as especificidades de cada área de avaliação e modalidade de formação.

O acompanhamento sistemático dos egressos constitui dimensão estratégica da política de pós-graduação, permitindo avaliar a contribuição da formação para a atuação acadêmica, científica, profissional e social. A UFVJM incentivará mecanismos institucionais de

acompanhamento de trajetórias, diálogo com egressos e utilização dessas informações nos processos de autoavaliação, planejamento e aperfeiçoamento dos programas.

A elaboração, o acompanhamento e a atualização das propostas formativas constituem responsabilidades das instâncias acadêmicas competentes, especialmente dos colegiados e coordenações dos cursos e programas, com a participação de docentes e orientadores. Esses processos devem considerar a coerência entre objetivos, currículo, atividades de pesquisa, orientação, avaliação e resultados da formação, bem como as transformações científicas, tecnológicas, profissionais e sociais relacionadas a cada área. Dessa forma, a política de pós-graduação da UFVJM orienta-se pelo aperfeiçoamento contínuo da formação avançada, pela qualidade da produção do conhecimento e pela ampliação de sua contribuição acadêmica e social.

Em suma, a gestão da pós-graduação precisa ser orientada pela atuação articulada das instâncias institucionais competentes, observadas suas atribuições regimentais e normativas, visando à transparência, à participação acadêmica, à qualidade dos processos e ao aperfeiçoamento contínuo das políticas de formação. A instituição buscará fortalecer sistemas de informação, indicadores e mecanismos de acompanhamento que subsidiem a tomada de decisões e a avaliação dos resultados.

Diretrizes para a extensão e cultura

A extensão universitária constitui dimensão essencial da atuação acadêmica da UFVJM, fundamentada na interação dialógica entre a Universidade e os diferentes setores da sociedade e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária, suas ações orientam-se pelo compromisso com a transformação social, a formação acadêmica e cidadã e a produção compartilhada de conhecimentos, reconhecendo a diversidade de sujeitos, experiências e saberes presentes nos territórios de atuação institucional.

A política de extensão da UFVJM orienta-se pelos princípios da interação dialógica, da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, do impacto na formação dos estudantes e da contribuição para a transformação social. Essas diretrizes pressupõem que as atividades extensionistas sejam construídas a partir do diálogo com as comunidades e demais setores da sociedade, reconhecendo suas demandas, conhecimentos e experiências. Compreendida como uma via de mão dupla, a extensão não se limita à transmissão ou aplicação de conhecimentos acadêmicos, mas

estabelece relações de reciprocidade nas quais a Universidade e a sociedade compartilham saberes, aprendem mutuamente e constroem respostas aos desafios sociais, culturais, econômicos e ambientais. Ao aproximar os processos de ensino e aprendizagem das realidades territoriais, essa interação amplia a compreensão crítica dos estudantes, ressignifica os conhecimentos acadêmicos e contribui para uma formação cidadã, ética e comprometida com a transformação social.

A inserção curricular da extensão constitui diretriz estruturante da formação de graduação e deve estar integrada aos PPCs, em conformidade com a legislação e a regulamentação institucional. Essa integração ultrapassa o cumprimento formal da carga horária mínima destinada às atividades extensionistas, exigindo coerência entre os objetivos formativos, as competências previstas no perfil do egresso, as atividades desenvolvidas e os processos de acompanhamento e avaliação. Cabe aos cursos definir formas de participação dos estudantes em experiências extensionistas que promovam interação efetiva com a sociedade, articulação entre teoria e prática e reflexão crítica sobre os conhecimentos mobilizados.

O planejamento das atividades extensionistas deve considerar a pertinência social das ações, a participação dos sujeitos e comunidades envolvidos, a viabilidade de sua realização e as oportunidades de integração com o ensino e a pesquisa. Os programas, projetos e demais modalidades de extensão devem estabelecer objetivos claros, formas de acompanhamento e critérios de avaliação compatíveis com sua natureza, contemplando tanto as contribuições para a formação dos estudantes quanto os resultados e impactos produzidos na interação com a sociedade. Essa perspectiva valoriza a continuidade das relações institucionais, a responsabilidade compartilhada e o aperfeiçoamento das ações a partir das experiências e avaliações realizadas.

A articulação entre extensão e pesquisa favorece a identificação de problemas relevantes, a construção compartilhada de conhecimentos e o desenvolvimento de metodologias, tecnologias, práticas e outras contribuições socialmente referenciadas. A UFVJM reconhece a importância das parcerias com instituições públicas, organizações sociais, movimentos comunitários, escolas, serviços de saúde, setores produtivos e demais segmentos da sociedade, respeitando a autonomia institucional e as particularidades dos territórios. Essas relações devem fortalecer a participação social, a circulação de conhecimentos e a contribuição da Universidade para as políticas públicas, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

A cultura constitui dimensão transversal da formação acadêmica e da atuação institucional da UFVJM, compreendendo a criação, a produção, a difusão, a fruição e a preservação das manifestações artísticas e culturais. A política institucional de cultura orienta-se pela valorização da diversidade cultural, do patrimônio material e imaterial, da memória, das artes e dos saberes e fazeres tradicionais, reconhecendo a importância dessas expressões para a identidade dos territórios e para o desenvolvimento humano e social. Essa perspectiva compreende a cultura não apenas como objeto de estudo ou atividade complementar, mas como campo de produção de conhecimentos, experiências e relações sociais.

As ações culturais devem favorecer o diálogo entre a comunidade universitária e a sociedade, ampliando as oportunidades de participação, criação e acesso às manifestações artísticas e culturais. Sua articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão contribui para o desenvolvimento da sensibilidade estética, da reflexão crítica, do reconhecimento da diversidade e da valorização das diferentes formas de expressão e conhecimento. Os cursos, programas e projetos acadêmicos devem considerar, conforme suas especificidades, possibilidades de integração da dimensão cultural aos processos formativos, respeitando a pluralidade de manifestações e tradições presentes nos territórios de atuação da Universidade.

A implementação das políticas de extensão e cultura requer articulação entre as instâncias acadêmicas e administrativas responsáveis, os cursos, os programas e os diferentes setores da sociedade. O planejamento e a avaliação dessas políticas devem considerar a participação da comunidade acadêmica e dos parceiros externos, a qualidade das experiências formativas, a pertinência social e cultural das ações e suas contribuições para a sociedade. Dessa forma, a UFVJM reafirma o compromisso com uma extensão dialógica e uma política cultural plural, integradas à formação universitária e à produção de conhecimentos socialmente relevantes.

Programas de Apoio à Formação Acadêmica

A UFVJM reconhece os programas de apoio à formação acadêmica como instrumentos de qualificação da formação acadêmica, voltados ao fortalecimento da aprendizagem, à ampliação das experiências formativas e ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. Essas iniciativas devem estar articuladas às necessidades dos cursos e dos estudantes, contribuindo para o enfrentamento das dificuldades acadêmicas e para a promoção da permanência e do sucesso acadêmico.

O Programa de Apoio Didático, por meio da monitoria e da tutoria, favorece a aprendizagem colaborativa e o acompanhamento acadêmico, especialmente em componentes curriculares com elevados índices de retenção e na integração dos estudantes ingressantes à vida universitária. O Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (PROAE) incentiva projetos voltados à inovação pedagógica e à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Por sua vez, o Programa de Educação Tutorial (PET) e o Programa de Educação Tutorial Institucional (PETI) ampliam as oportunidades de formação por meio de experiências coletivas que articulam ensino, pesquisa e extensão.

As coordenações de curso, os NDEs, os colegiados e os docentes devem considerar esses programas no planejamento e no aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, observadas suas respectivas atribuições. A identificação de dificuldades recorrentes de aprendizagem, a análise dos indicadores de retenção e evasão e os resultados das avaliações podem subsidiar a definição de prioridades e a proposição de ações de apoio à formação acadêmica, articuladas às necessidades formativas de cada curso.

A UFVJM reconhece que a formação integral dos estudantes se desenvolve também por meio de experiências que ultrapassam os componentes curriculares, abrangendo a participação em empresas juniores, programas de educação tutorial, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, atividades esportivas e culturais, entidades de representação estudantil e órgãos colegiados. Essas vivências contribuem para o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo discente, da capacidade de colaboração, da responsabilidade social e da participação democrática na vida universitária. A instituição deve valorizar e estimular essas oportunidades, considerando a diversidade das trajetórias formativas e as condições de acesso e participação dos estudantes, observadas as normas institucionais e as disposições dos Projetos Pedagógicos dos Cursos quanto ao eventual aproveitamento curricular.

A gestão dos programas e projetos de apoio à formação acadêmica deve observar critérios de transparência, equidade e responsabilidade institucional, assegurando o registro das atividades desenvolvidas e o acompanhamento de seus resultados. As informações produzidas devem subsidiar a avaliação de suas contribuições para a formação dos estudantes, o aperfeiçoamento das ações e o planejamento institucional, respeitadas as especificidades e as normas aplicáveis a cada programa.

Acesso, Inclusão, Permanência e Sucesso Acadêmico

A UFVJM reafirma seu compromisso com a democratização do acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade, reconhecendo a educação como direito e instrumento de transformação social. Sua política de acesso orienta-se pela ampliação das oportunidades de ingresso, pela valorização da diversidade social, cultural e territorial e pelo fortalecimento das ações afirmativas, especialmente em relação aos grupos historicamente sub-representados na educação superior. Essa perspectiva reconhece que a democratização do ensino universitário exige não apenas a ampliação do acesso, mas também condições efetivas de participação, aprendizagem e conclusão dos percursos formativos.

A inclusão e a equidade constituem diretrizes transversais das políticas acadêmicas da UFVJM, fundamentadas no reconhecimento das diferenças e na superação de barreiras que possam comprometer a participação dos estudantes na vida universitária. A Universidade orienta suas ações pelo respeito à diversidade humana, à acessibilidade e à igualdade de oportunidades, considerando as diferentes condições sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais, geracionais, territoriais e educacionais. Essa orientação pressupõe respostas institucionais adequadas às necessidades dos estudantes, assegurando condições equitativas de formação, sem comprometer a qualidade acadêmica.

A promoção da saúde mental e do bem-estar integra o compromisso da UFVJM com uma formação acadêmica inclusiva e humanizada. Essa perspectiva envolve a construção de ambientes universitários acolhedores, pautados pelo respeito às diferenças, pela qualidade das relações interpessoais e pela prevenção de situações de discriminação, violência e sofrimento psicossocial. Pressupõe, ainda, atenção às condições da vida acadêmica e o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, acolhimento e escuta qualificada, mediante articulação entre os setores acadêmicos e de assistência estudantil, de modo a favorecer o bem-estar, o pertencimento e a participação dos estudantes na vida universitária.

A evasão e a retenção acadêmica constituem desafios centrais para a efetivação do direito à educação superior e para o cumprimento da missão institucional. A evasão, caracterizada pela interrupção da trajetória formativa sem a conclusão do curso, e a retenção, compreendida como o prolongamento do percurso acadêmico para além do tempo previsto para integralização curricular, são fenômenos complexos, associados a fatores socioeconômicos, pedagógicos, curriculares, institucionais e pessoais. Seu enfrentamento requer uma concepção ampliada de permanência estudantil, que contemple não apenas a

assistência socioeconômica, mas também as condições necessárias à integração universitária, à aprendizagem, à progressão acadêmica e à conclusão dos cursos.

Nessa perspectiva, a promoção da permanência pressupõe a articulação entre políticas de assistência estudantil, acolhimento e acompanhamento dos ingressantes, programas de tutoria e monitoria, apoio pedagógico e ações de desenvolvimento docente. Requer, igualmente, o acompanhamento sistemático das trajetórias estudantis, mediante análise de indicadores acadêmicos, identificação dos fatores associados à evasão e à retenção e investigação das dificuldades recorrentes de aprendizagem. As coordenações, os colegiados de curso, os NDEs e os setores institucionais de apoio, observadas suas atribuições, devem utilizar essas informações para planejar intervenções, aperfeiçoar os PPCs e as práticas pedagógicas e avaliar os resultados das ações desenvolvidas, respeitando as especificidades dos cursos e dos campi e a proteção dos dados pessoais.

As políticas de permanência devem contemplar, ainda, situações que demandem acompanhamento e respostas institucionais específicas, incluindo necessidades relacionadas à deficiência, à saúde, à vulnerabilidade socioeconômica e a outras condições que possam interferir na continuidade da formação. Entre os mecanismos de proteção da trajetória acadêmica, a UFVJM assegura o Regime Especial para Permanência (REP), destinado aos estudantes que se enquadrem nas situações previstas no Regulamento dos Cursos de Graduação. Sua implementação deve observar as normas institucionais e a articulação entre os setores competentes, possibilitando adaptações pedagógicas e flexibilizações acadêmicas compatíveis com as necessidades dos estudantes e as exigências formativas dos cursos. O REP constitui instrumento específico e complementar às políticas regulares de assistência estudantil, acessibilidade e acompanhamento pedagógico.

A UFVJM reconhece a parentalidade e as responsabilidades de cuidado familiar como dimensões importantes das políticas de inclusão, equidade e permanência estudantil. Nesse sentido, busca promover condições que favoreçam a conciliação entre a formação acadêmica e o exercício da maternidade, da paternidade e do cuidado familiar, por meio de ações de acolhimento, acompanhamento e adaptações pedagógicas, quando cabíveis, em conformidade com a legislação e as normas institucionais. Essas iniciativas visam prevenir desigualdades e favorecer a continuidade dos estudos e a conclusão da formação acadêmica.

O sucesso acadêmico constitui dimensão essencial das políticas de graduação e compreende não apenas a conclusão dos cursos, mas também a qualidade das

aprendizagens, o desenvolvimento das competências previstas nos projetos formativos e a participação efetiva dos estudantes na vida universitária. Sua promoção exige uma atuação institucional integrada, orientada pela identificação e superação de barreiras à aprendizagem, pelo aperfeiçoamento contínuo das condições de ensino e pela valorização das diferentes trajetórias estudantis. Assim, a UFVJM reconhece que acesso, inclusão, permanência e sucesso acadêmico constituem dimensões interdependentes de uma mesma política educacional, cuja integração deve orientar o planejamento, a execução e a avaliação das ações institucionais, contribuindo para a consolidação de uma universidade pública, inclusiva e socialmente comprometida.

CAPÍTULO 4 — GESTÃO ACADÊMICA E GOVERNANÇA PEDAGÓGICA

Governança Acadêmica e Processos Decisórios

A governança acadêmica da UFVJM fundamenta-se nos princípios da gestão democrática, da participação colegiada, da transparência e da corresponsabilidade institucional. Compreende a articulação entre os órgãos colegiados, as unidades acadêmicas, as instâncias de gestão e a comunidade universitária, respeitadas suas respectivas competências, com o propósito de assegurar a coerência entre as decisões acadêmicas, as diretrizes deste PPI e os objetivos estratégicos da Universidade.

Os processos decisórios devem considerar as necessidades dos cursos, as especificidades das áreas do conhecimento, as demandas da comunidade acadêmica e as políticas institucionais, observando a legislação e as normas vigentes. Na estrutura multicampi da UFVJM, essa articulação requer mecanismos de diálogo e cooperação entre os diferentes campi, de modo a contemplar suas particularidades e favorecer a construção de soluções compartilhadas para os desafios acadêmicos.

As atividades das instâncias de gestão acadêmica devem ser devidamente documentadas, por meio de atas de reuniões, registros de deliberações, pareceres, relatórios e outros instrumentos pertinentes, observadas as normas institucionais. Esses registros devem assegurar a memória e a rastreabilidade dos processos decisórios, permitindo comprovar as ações desenvolvidas, acompanhar seus encaminhamentos e subsidiar os processos de avaliação institucional e externa.

A tomada de decisão deve ser fundamentada em informações confiáveis, resultados de avaliações, indicadores acadêmicos e participação dos segmentos envolvidos. A transparência das decisões, a comunicação institucional e o acompanhamento de seus encaminhamentos constituem condições para fortalecer a legitimidade dos processos de gestão e permitir que as ações implementadas sejam avaliadas e aperfeiçoadas.

A atuação das coordenações de cursos de graduação deve ser orientada por plano de ação documentado, elaborado e acompanhado em articulação com os NDEs e os colegiados, observadas suas respectivas competências. O plano deve estabelecer prioridades, metas, ações e indicadores de acompanhamento, considerando o PPC, os resultados das

avaliações e as necessidades identificadas na gestão acadêmica. O documento deve ser publicado em meio institucional acessível à comunidade acadêmica, com acompanhamento periódico de sua execução e divulgação dos resultados, assegurando transparência, continuidade administrativa e subsídios para o aperfeiçoamento dos cursos.

Em suma, a governança acadêmica deve promover a integração entre planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das políticas e ações institucionais. Essa perspectiva pressupõe a atuação articulada das instâncias responsáveis, de modo que as decisões contribuam para o aperfeiçoamento dos processos formativos, a qualidade acadêmica e a efetivação dos compromissos institucionais da UFVJM.

Papel dos Núcleos Docentes Estruturantes e dos Colegiados de Curso

Os NDEs e os Colegiados de Curso constituem instâncias fundamentais da governança pedagógica da graduação na UFVJM, responsáveis, no âmbito de suas competências, pela concepção, acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento dos processos formativos. Sua atuação articulada deve assegurar a coerência entre os PPCs, as DCNs, as políticas acadêmicas institucionais e os princípios estabelecidos neste PPI.

Os NDEs desempenham função consultiva, propositiva e de acompanhamento pedagógico, com atuação voltada à concepção, consolidação e atualização contínua dos PPCs. Compete-lhes analisar a coerência entre o perfil do egresso, os objetivos formativos, a organização curricular, as metodologias de ensino e os processos avaliativos, considerando os avanços científicos e tecnológicos, as demandas sociais e profissionais e os resultados das avaliações acadêmicas. As análises e proposições dos NDEs devem ser sistematicamente registradas e preservadas como memória institucional, assegurando a continuidade do acompanhamento pedagógico, a rastreabilidade das ações e a produção de evidências que subsidiem o aperfeiçoamento dos currículos e das práticas formativas.

Os Colegiados de Curso, por sua vez, constituem instâncias de deliberação e acompanhamento da gestão didático-pedagógica, observadas as competências estabelecidas nas normas institucionais. Em articulação com as coordenações de curso, os NDEs e os demais setores acadêmicos, devem acompanhar a implementação dos PPCs, a organização das atividades curriculares, os resultados acadêmicos e as condições de desenvolvimento da formação, deliberando sobre as medidas de aperfeiçoamento de sua

competência e encaminhando às instâncias responsáveis as demandas que ultrapassem suas atribuições.

A atuação dessas instâncias deve ser fundamentada na análise sistemática de indicadores de desempenho acadêmico, resultados da avaliação institucional e externa, manifestações da comunidade acadêmica e outras evidências pertinentes. As reuniões, análises, proposições e deliberações devem ser documentadas por meio de atas, pareceres, relatórios e registros de acompanhamento, conforme as normas institucionais, de modo a assegurar a rastreabilidade das ações, a continuidade da gestão pedagógica e a comprovação dos processos de avaliação e aperfeiçoamento dos cursos.

A articulação entre NDEs, Colegiados e coordenações de curso deve constituir um processo contínuo de planejamento, acompanhamento e avaliação dos PPCs, no qual a identificação de necessidades formativas resulte em proposições, decisões e ações de melhoria. Essa dinâmica fortalece a corresponsabilidade pela qualidade acadêmica, pela permanência e pelo sucesso dos estudantes, assegurando que os projetos pedagógicos sejam efetivamente utilizados como instrumentos orientadores da formação.

Articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs)

O PPI, o PDI e os PPCs constituem instrumentos complementares de orientação, planejamento e organização acadêmica da UFVJM. O PPI estabelece as concepções, os princípios e as diretrizes que fundamentam a formação universitária; o PDI organiza os objetivos estratégicos, as metas e as condições institucionais para sua concretização; e os PPCs traduzem essas orientações nas propostas formativas dos cursos, considerando as DCNs, as especificidades das áreas do conhecimento e as demandas sociais e regionais.

A articulação entre esses instrumentos deve assegurar coerência entre a identidade institucional, o planejamento acadêmico e as práticas efetivamente desenvolvidas. Na elaboração e revisão dos PPCs, os cursos devem considerar as diretrizes do PPI e as prioridades estabelecidas no PDI, preservando suas especificidades formativas e identificando as condições necessárias à implementação das propostas pedagógicas. As necessidades identificadas pelos cursos, por sua vez, devem subsidiar o planejamento

institucional, favorecendo a integração entre as demandas acadêmicas e as decisões de gestão.

O acompanhamento da articulação entre PPI, PDI e PPCs deve constituir um processo dinâmico e permanente, fundamentado nos resultados das avaliações institucionais e externas, nos indicadores acadêmicos, nas análises das instâncias de gestão pedagógica e nas contribuições da comunidade universitária. Os cursos devem avaliar periodicamente a adequação e a efetividade de seus PPCs, identificando necessidades de atualização curricular e pedagógica diante das transformações científicas, tecnológicas, profissionais e sociais. As análises realizadas, seus encaminhamentos e as decisões decorrentes devem ser devidamente registrados, assegurando a memória institucional, a continuidade do acompanhamento e a fundamentação dos processos de revisão.

A integração entre PPI, PDI e PPCs constitui, assim, um processo permanente de planejamento, implementação, avaliação e aperfeiçoamento, sustentado pela participação das instâncias acadêmicas e pela utilização de informações confiáveis. Essa dinâmica fortalece a coerência das decisões institucionais, a qualidade da formação e a capacidade da UFVJM de responder às necessidades de seus cursos e aos compromissos assumidos com a sociedade.

Autoavaliação Institucional, Avaliação Externa e Regulação

A avaliação institucional na UFVJM constitui um processo contínuo, participativo e formativo, orientado à melhoria da qualidade acadêmica, ao aperfeiçoamento da gestão e ao cumprimento de sua missão institucional. Em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), articula os processos de autoavaliação, avaliação externa e regulação, reconhecendo-os como instrumentos complementares para a análise das condições de oferta, dos resultados formativos e da efetividade das políticas acadêmicas.

A autoavaliação institucional, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), promove a reflexão crítica sobre as diferentes dimensões da Universidade, mediante a participação da comunidade acadêmica e a produção de informações que subsidiem o planejamento e a tomada de decisões. No âmbito dos cursos, os resultados da avaliação institucional e da avaliação do ensino devem ser analisados pelas instâncias acadêmicas

competentes, de modo a identificar potencialidades, fragilidades e necessidades de aperfeiçoamento dos processos formativos.

As avaliações externas, abrangendo o desempenho dos estudantes, os cursos e a instituição, constituem referências para o acompanhamento da qualidade da educação superior e para os processos regulatórios. Além dos instrumentos gerais de avaliação, devem ser consideradas as avaliações específicas de determinadas áreas de formação, observadas as disposições normativas vigentes. Cabe às coordenações, aos NDEs e aos colegiados de curso, no âmbito de suas competências, acompanhar essas avaliações e analisar seus resultados à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos objetivos formativos previstos nos PPCs.

Cabe ressaltar que essas avaliações complementam, mas não substituem, a avaliação da aprendizagem realizada no âmbito dos componentes curriculares e ao longo do percurso formativo, cuja finalidade é acompanhar o desenvolvimento das competências dos estudantes e orientar as intervenções pedagógicas.

A utilização dos resultados avaliativos, portanto, deve orientar a revisão dos PPCs, o acompanhamento do desenvolvimento das competências previstas para os estudantes, o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e a identificação de necessidades institucionais. As coordenações, os NDEs e os colegiados, observadas suas competências, devem promover a análise periódica dessas evidências, identificar fragilidades e oportunidades de melhoria e propor ações de aperfeiçoamento. As análises, decisões e medidas adotadas devem ser documentadas e acompanhadas, incluindo a avaliação de seus resultados, de modo a assegurar a continuidade e a efetividade dos processos de melhoria acadêmica.

O acompanhamento de egressos da graduação e da pós-graduação integra a avaliação da formação oferecida pela UFVJM, permitindo conhecer suas trajetórias profissionais, acadêmicas e sociais, bem como identificar contribuições e necessidades de aperfeiçoamento dos cursos. Essa é uma dimensão estratégica da avaliação institucional e do aperfeiçoamento contínuo da formação acadêmica. A política de acompanhamento deve ser desenvolvida de forma permanente, sistemática e articulada entre as Pró-Reitorias, as unidades acadêmicas e as coordenações dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação. Por meio de instrumentos de coleta de informações, canais de comunicação e análise de indicadores, a UFVJM busca conhecer as trajetórias acadêmicas e profissionais de seus egressos, avaliar a contribuição da formação oferecida para sua atuação na sociedade e identificar demandas e oportunidades de aprimoramento das políticas acadêmicas.

Nesse processo, os cursos devem desempenhar papel ativo na aproximação com seus egressos, valorizando suas experiências e estimulando sua participação na vida universitária. No âmbito da graduação, cabe aos colegiados de curso, com a participação dos NDEs, analisar periodicamente as informações produzidas e considerá-las nos processos de avaliação e atualização dos PPCs. Essa articulação deve contribuir para a adequação da formação às transformações sociais, científicas, tecnológicas e do mundo do trabalho, fortalecendo a qualidade acadêmica e o compromisso social da Universidade.

A integração entre autoavaliação, avaliação externa, acompanhamento de egressos e planejamento institucional deve fortalecer uma cultura de avaliação orientada por evidências, participação e corresponsabilidade. Nessa perspectiva, os processos avaliativos não se encerram na produção de indicadores ou relatórios, mas devem resultar em decisões fundamentadas, ações de aperfeiçoamento e acompanhamento de seus efeitos sobre a qualidade da formação e o desenvolvimento institucional.

Gestão da Trajetória Estudantil e Vida Acadêmica

A gestão da trajetória estudantil constitui dimensão essencial da governança acadêmica da UFVJM, abrangendo o acompanhamento do percurso formativo desde o ingresso até a conclusão do curso. Deve assegurar a regularidade dos processos acadêmicos, a garantia dos direitos estudantis e a articulação entre as instâncias responsáveis pela gestão dos cursos e pelos registros acadêmicos, observadas as normas institucionais.

O acompanhamento dos indicadores de evasão, retenção, desempenho e progressão acadêmica constitui instrumento relevante para o planejamento e a avaliação das políticas de graduação. A análise sistemática dessas informações, associada ao conhecimento do perfil dos ingressantes e à investigação dos fatores que interferem nas trajetórias estudantis, deve subsidiar decisões acadêmicas, orientar o aperfeiçoamento dos PPCs e permitir a avaliação dos resultados das ações institucionais voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico.

Os registros acadêmicos devem ser produzidos, atualizados e preservados de forma a garantir sua integridade, autenticidade, confiabilidade e rastreabilidade. A documentação dos atos e decisões que afetam a vida acadêmica dos estudantes deve assegurar transparência, segurança jurídica e acesso às informações pelos interessados, respeitadas as disposições legais relativas à proteção de dados pessoais e ao sigilo das informações.

As informações acadêmicas devem subsidiar o acompanhamento sistemático da trajetória estudantil, permitindo identificar dificuldades de progressão curricular, retenção, interrupções de percurso e outros fatores que possam comprometer a conclusão da formação. Sua análise, em articulação com os resultados das avaliações e com as instâncias de gestão pedagógica, deve orientar ações de acompanhamento, intervenções acadêmicas e o aperfeiçoamento dos processos formativos.

A UFVJM deve promover a melhoria contínua dos processos de gestão e registro acadêmico, buscando a integração, a consistência e a acessibilidade das informações entre seus cursos, unidades e campi. A utilização responsável desses dados deve contribuir para o planejamento acadêmico, a avaliação dos resultados institucionais e a tomada de decisões fundamentadas, assegurando a continuidade administrativa e a qualidade da formação.

Acompanhamento, Avaliação e Revisão do PPI

O Projeto Pedagógico Institucional da UFVJM constitui instrumento orientador e de caráter estruturante das políticas acadêmicas, devendo preservar a continuidade de seus princípios e diretrizes, sem prejuízo de seu aperfeiçoamento diante das transformações educacionais, sociais e institucionais. Seu acompanhamento tem como finalidade verificar a incorporação dessas diretrizes ao planejamento institucional, aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e às práticas acadêmicas desenvolvidas pela Universidade.

Compete à Prograd coordenar o acompanhamento da implementação do PPI, promovendo a articulação com as demais pró-reitorias, unidades acadêmicas e instâncias competentes, conforme suas atribuições. Para essa finalidade, a Prograd deverá reunir e analisar informações provenientes dos processos de avaliação institucional, dos indicadores acadêmicos e das ações de implementação das políticas previstas neste documento, sistematizando os resultados e identificando eventuais necessidades de aperfeiçoamento. A participação dos demais setores não afasta a responsabilidade da Prograd pela coordenação do processo.

O acompanhamento do PPI deverá ocorrer de forma contínua, utilizando preferencialmente os instrumentos institucionais de planejamento e avaliação já existentes. A análise consolidada de sua implementação será realizada em articulação com os ciclos de planejamento institucional, sem implicar revisão automática do documento. A avaliação deverá considerar, entre outros elementos, os resultados da autoavaliação institucional, das

avaliações externas, os indicadores de acesso, permanência e conclusão, a atualização dos PPCs e a coerência entre as diretrizes institucionais e as práticas acadêmicas.

A revisão do PPI será proposta pela Prograd quando os resultados do acompanhamento evidenciarem a necessidade de atualização de seus princípios ou diretrizes, ou diante de mudanças normativas, educacionais e institucionais relevantes. As propostas deverão ser fundamentadas, submetidas à participação das instâncias acadêmicas envolvidas e encaminhadas à apreciação dos órgãos colegiados competentes, observados os procedimentos institucionais aplicáveis. Dessa forma, a UFVJM assegura a estabilidade de seu projeto formativo e, simultaneamente, sua capacidade de responder às transformações da educação superior e às necessidades da sociedade.

CAPÍTULO 5 - DESENVOLVIMENTO DOCENTE

O desenvolvimento docente na UFVJM constitui uma política institucional permanente voltada ao fortalecimento das competências pedagógicas necessárias ao exercício da docência no ensino superior. Orienta-se pela formação continuada e pelo aperfeiçoamento permanente das práticas de ensino, de aprendizagem e de avaliação, em consonância com o PPI. Nesse contexto, busca qualificar a implementação dos PPCs, promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecer práticas pedagógicas inovadoras, contextualizadas e socialmente referenciadas e contribuir para a formação de estudantes comprometidos com as demandas dos territórios e da sociedade.

Formação e Desenvolvimento Docente

O desenvolvimento docente é uma dimensão estruturante da política pedagógica da UFVJM, orientada à valorização do trabalho docente e ao aperfeiçoamento contínuo dos processos de ensino e aprendizagem. Compreende a docência como prática intelectual, científica, ética e pedagógica, que articula os conhecimentos específicos das áreas de atuação aos saberes didáticos, curriculares e avaliativos, em consonância com a missão institucional e os princípios estabelecidos neste PPI.

A formação docente, por sua vez, constitui uma dimensão desse desenvolvimento, abrangendo a construção e o aprimoramento dos saberes necessários ao exercício da docência universitária. Já a formação continuada compreende ações sistemáticas de atualização, aprofundamento e qualificação pedagógica ao longo da carreira, articuladas às necessidades dos professores, dos cursos e da instituição.

O desenvolvimento docente abrange processos contínuos de formação, reflexão crítica sobre a prática, colaboração entre pares e construção da identidade profissional ao longo da carreira. Não se restringe à participação em atividades de capacitação, envolvendo também condições institucionais de exercício da docência, acompanhamento pedagógico, valorização profissional e oportunidades de aprimoramento das práticas formativas.

Na UFVJM, essa política deve articular-se ao PDI, aos PPCs, ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e às demais políticas acadêmicas e de gestão de pessoas. Sua implementação deve considerar as necessidades identificadas pelos docentes e pelas instâncias acadêmicas, os resultados das avaliações institucionais e as transformações

científicas, tecnológicas, educacionais e sociais, assegurando coerência entre o planejamento formativo e os objetivos institucionais.

O Núcleo de Formação Docente (NUFOR) constitui referência institucional para a organização e o fortalecimento das ações de formação pedagógica continuada, em articulação com as instâncias responsáveis pelo ensino e pela gestão acadêmica. Entretanto, a promoção do desenvolvimento docente também constitui responsabilidade das unidades acadêmicas, coordenações de curso, NDEs e colegiados, que devem identificar necessidades formativas e estimular ações de qualificação pedagógica periodicamente relacionadas às especificidades de seus cursos. As iniciativas institucionais e aquelas desenvolvidas no âmbito dos cursos devem ser planejadas, registradas e avaliadas, considerando suas contribuições para o aperfeiçoamento das práticas de ensino e aprendizagem.

A formação continuada dos docentes constitui, também, uma dimensão importante das estratégias institucionais de promoção da permanência e do sucesso acadêmico. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo NUFOR devem contemplar o aperfeiçoamento das práticas de ensino e avaliação, a diversificação das estratégias pedagógicas e a identificação de dificuldades de aprendizagem, contribuindo para a construção de experiências formativas mais inclusivas e para a prevenção de fatores acadêmicos associados à retenção e à evasão.

Em razão de sua organização multicampi e de sua inserção regional, a UFVJM deve promover oportunidades de desenvolvimento docente que contemplem as diferentes áreas do conhecimento, modalidades de ensino, condições de oferta e realidades dos estudantes e dos territórios. Essa política deve favorecer a colaboração entre docentes e unidades acadêmicas, a circulação de experiências pedagógicas e a construção de respostas formativas contextualizadas, preservando diretrizes institucionais comuns e respeitando as especificidades locais.

O desenvolvimento docente constitui responsabilidade compartilhada entre a Universidade e seus professores. Cabe à instituição promover condições de formação, orientação e apoio pedagógico, enquanto aos docentes compete participar ativamente da reflexão e do aperfeiçoamento de suas práticas, contribuindo para a qualidade da formação, a aprendizagem dos estudantes e o cumprimento da função social da UFVJM.

Inovação Pedagógica e Desenvolvimento Docente

A inovação pedagógica como ferramenta para o desenvolvimento docente deve ser compreendida como processo intencional e fundamentado de aperfeiçoamento das práticas de ensino e aprendizagem, orientado pelos objetivos formativos dos cursos e pelas necessidades dos estudantes. Não se restringe à adoção de novas tecnologias ou metodologias, podendo envolver a reorganização das experiências de aprendizagem, das estratégias didáticas, dos processos avaliativos e das formas de integração curricular. Seu valor deve ser reconhecido pelas contribuições à qualidade da formação, e não apenas pelo caráter de novidade.

A Universidade deve incentivar a experimentação pedagógica, a reflexão crítica sobre as práticas docentes e a adoção de estratégias participativas, investigativas e colaborativas, respeitadas as especificidades das áreas de conhecimento e as condições de oferta. Essas iniciativas devem favorecer a participação ativa dos estudantes, a articulação entre teoria e prática, o desenvolvimento das competências previstas nos PPCs e a aproximação entre a formação acadêmica e os desafios científicos, profissionais e sociais.

A formação continuada deve contemplar o desenvolvimento de competências docentes para a utilização crítica e contextualizada de metodologias ativas de aprendizagem, favorecendo a diversificação das práticas pedagógicas e a participação dos estudantes na construção do conhecimento. Essa perspectiva pressupõe o planejamento de experiências formativas que articulem fundamentação teórica, problematização, investigação e resolução de situações concretas, respeitando os objetivos de aprendizagem, as especificidades das áreas do conhecimento e a autonomia didático-pedagógica dos docentes.

A incorporação de tecnologias digitais e de inteligência artificial aos processos formativos deve observar sua pertinência pedagógica, as condições de acessibilidade e inclusão e os princípios institucionais de ética, transparência, autoria e integridade acadêmica. Sua utilização deve ampliar as possibilidades de ensino, interação e acompanhamento da aprendizagem, preservando a autonomia docente e o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.

As coordenações de curso, em articulação com os NDEs e os colegiados, devem estimular a reflexão coletiva sobre as práticas de ensino, identificar oportunidades de aperfeiçoamento pedagógico e favorecer o desenvolvimento e o compartilhamento de experiências inovadoras, em consonância com os PPCs. Essas instâncias devem acompanhar as iniciativas desenvolvidas, analisar suas contribuições para a aprendizagem e registrar as discussões, os encaminhamentos e os resultados, de modo a subsidiar o planejamento pedagógico e a melhoria contínua dos cursos.

Apoio Institucional à Docência e à Gestão Pedagógica

O apoio institucional à docência constitui dimensão essencial da política pedagógica da UFVJM, voltada à qualificação dos processos de ensino e aprendizagem e ao fortalecimento da gestão pedagógica dos cursos. Deve compreender ações de orientação, assessoria, acompanhamento e colaboração, articuladas às diretrizes deste PPI, aos PPCs e às necessidades identificadas pelos docentes e pelas instâncias acadêmicas.

A assessoria pedagógica deve oferecer suporte aos professores, às coordenações, aos NDEs e aos colegiados de curso, contribuindo para o planejamento do ensino, a organização curricular, a avaliação da aprendizagem e a implementação das diretrizes pedagógicas institucionais. Sua atuação deve assumir caráter formativo, colaborativo e orientador, respeitando a autonomia docente e as competências das instâncias acadêmicas.

As coordenações de curso, em articulação com os NDEs e os colegiados, devem identificar demandas de apoio pedagógico, promover espaços de diálogo com os docentes e encaminhar às instâncias institucionais competentes as necessidades que ultrapassem sua capacidade de atuação. As orientações recebidas, as ações desenvolvidas e os encaminhamentos relevantes devem ser registrados e acompanhados, favorecendo a continuidade das iniciativas e a avaliação de seus resultados.

O apoio institucional à docência deve fundamentar-se também na articulação intersetorial entre as instâncias responsáveis pela formação docente. Essa atuação deve favorecer a construção de respostas integradas às necessidades identificadas pelos docentes e cursos, por meio do diálogo, do planejamento compartilhado e do acompanhamento das ações desenvolvidas. A articulação intersetorial deve considerar as especificidades das áreas de conhecimento, das modalidades de ensino e dos diferentes *campi*, contribuindo para a equidade no acesso ao apoio institucional e para a melhoria dos processos formativos.

O planejamento e o aperfeiçoamento das ações de apoio pedagógico devem considerar os resultados das avaliações internas e externas, os indicadores acadêmicos e as demandas apresentadas pela comunidade universitária. O acompanhamento dessas ações deve permitir identificar necessidades recorrentes, avaliar as contribuições do suporte oferecido e subsidiar decisões institucionais voltadas à melhoria das práticas docentes, dos currículos e da aprendizagem dos estudantes.

CAPÍTULO 6 — FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Compromisso institucional com a Educação Básica

A formação de professores para a Educação Básica constitui dimensão estratégica do projeto acadêmico e da responsabilidade social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Desde sua criação, a UFVJM desenvolve ações voltadas à formação inicial e continuada de professores por meio de cursos de graduação e pós-graduação, programas institucionais e iniciativas de ensino, pesquisa e extensão, incluindo ações de aperfeiçoamento e projetos realizados em parceria com redes de ensino e outros agentes públicos. Essas experiências constituem uma base institucional a partir da qual se ampliam e se articulam as diretrizes apresentadas neste capítulo.

Essas ações orientam-se pelo compromisso com a democratização da educação pública, com a valorização da docência, com a justiça social e com o desenvolvimento social, cultural, econômico e educacional dos territórios de abrangência da Universidade. A formação de professores deve, nessa perspectiva, promover percursos acadêmicos integrados, contextualizados, inclusivos e socialmente referenciados.

A UFVJM compreende a docência como profissão de elevada complexidade científica, pedagógica, ética, política, cultural, tecnológica e relacional, situada nos diferentes contextos educacionais. A preparação para seu exercício requer sólida formação nos diferentes campos do conhecimento acadêmico, domínio dos fundamentos educacionais e pedagógicos, compreensão crítica das realidades escolares e territoriais e inserção progressiva nos contextos da Educação Básica e nos territórios educativos. Formar professores implica, portanto, articular conhecimentos específicos e pedagógicos, teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo as escolas e seus profissionais como participantes do processo formativo.

A consolidação e a valorização das licenciaturas integram os compromissos institucionais assumidos pela UFVJM em seu planejamento, que reconhece a necessidade tanto de fortalecer esses cursos quanto de ampliar a integração entre a Educação Superior e a Educação Básica. Esse compromisso adquire especial relevância diante dos desafios contemporâneos relacionados à formação, à atração e à permanência de profissionais no magistério e converge com o planejamento educacional nacional voltado à formação, à

valorização e à garantia de condições adequadas de trabalho aos profissionais da Educação Básica.

Nesse contexto, este capítulo estabelece diretrizes para a formação de professores na UFVJM e constitui um movimento de fortalecimento de uma política institucional para a área. As diretrizes aqui apresentadas fundamentam-se, ainda, na construção de relações horizontais e colaborativas entre Universidade, escolas e redes de ensino e no compromisso com as necessidades educacionais, sociais e culturais dos territórios nos quais a UFVJM está inserida.

Formação de Professores como Compromisso Institucional, Público e Territorial

A UFVJM assume a formação inicial e continuada de professores como compromisso institucional permanente e como expressão de sua missão pública e de sua responsabilidade social. Tal compromisso ultrapassa os limites dos cursos de licenciatura e das unidades curriculares de natureza pedagógica, constituindo responsabilidade compartilhada entre unidades acadêmicas, docentes das diferentes áreas do conhecimento, pró-reitorias, programas institucionais e demais setores envolvidos com o ensino, a pesquisa, a extensão, a pós-graduação, a assistência estudantil, a gestão acadêmica e a relação da Universidade com a sociedade.

As licenciaturas ocupam posição estratégica no projeto institucional da UFVJM por sua contribuição para a garantia do direito à educação, o fortalecimento da escola pública, a valorização da docência e o desenvolvimento educacional e social dos territórios nos quais a Universidade se insere. Seu fortalecimento requer condições institucionais que assegurem identidade formativa própria, qualidade acadêmica, integração entre diferentes áreas do conhecimento e reconhecimento da especificidade da formação para o exercício profissional da docência.

A dimensão territorial constitui princípio orientador dessa formação. A inserção da UFVJM nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e nas regiões Norte, Noroeste e Central de Minas Gerais, bem como em outros territórios alcançados por suas ações demanda o reconhecimento das diferentes realidades educacionais, sociais, culturais, econômicas, ambientais e geográficas que caracterizam essas regiões, bem como das desigualdades sociais e educacionais nelas presentes. A formação de professores deve dialogar com as condições concretas das redes e instituições de Educação Básica, com os contextos

urbanos, rurais e do campo, com as comunidades tradicionais e com a diversidade de sujeitos, etapas e modalidades educacionais presentes nesses territórios. Nesse sentido, as relações entre Universidade, escolas e comunidades devem fundamentar-se na horizontalidade, na colaboração e no reconhecimento dos saberes produzidos nesses diferentes espaços e de sua contribuição para a formação docente.

Essa vinculação não deve, entretanto, ser compreendida como adequação restrita às demandas imediatas dos sistemas de ensino. O compromisso territorial da Universidade pressupõe conhecer criticamente as realidades educacionais, produzir conhecimentos sobre elas e formar profissionais capazes de atuar de maneira ética, autônoma, reflexiva e socialmente comprometida, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades e para a construção de alternativas educacionais contextualizadas e transformadoras.

A valorização da docência constitui princípio indissociável da formação de professores. Envolve a defesa da educação pública, gratuita, democrática, inclusiva, laica e socialmente referenciada; o reconhecimento da relevância social e da complexidade do trabalho docente; e a criação de condições acadêmicas e institucionais que favoreçam a atratividade, o ingresso, a permanência e a conclusão nos cursos de licenciatura. Requer, ainda, atenção às condições concretas de vida e estudo dos licenciandos e às características socioeconômicas e territoriais das populações atendidas pela Universidade, considerando especialmente estudantes que conciliam formação e trabalho, encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, apresentam necessidades específicas de acessibilidade ou enfrentam dificuldades de deslocamento para participar das atividades acadêmicas e formativas.

A responsabilidade institucional com a formação docente compreende também a articulação entre formação inicial e continuada. As licenciaturas devem dialogar com programas de iniciação à docência, ações de extensão, pesquisa, pós-graduação e outras iniciativas de desenvolvimento profissional, favorecendo percursos formativos que acompanhem diferentes momentos da trajetória dos profissionais da educação. Da mesma forma, a qualidade da formação oferecida pressupõe oportunidades permanentes de desenvolvimento pedagógico para os docentes universitários que atuam como formadores, reconhecendo que a formação de futuros professores constitui responsabilidade compartilhada por todos os profissionais envolvidos nas licenciaturas e se fortalece pela articulação permanente com a Educação Básica e com as comunidades.

Ao assumir esses compromissos, a UFVJM reafirma a formação de professores como dimensão estruturante de sua atuação acadêmica e de sua relação com a Educação

Básica, orientando suas políticas e ações para o fortalecimento das licenciaturas, a valorização da profissão docente e a contribuição efetiva da Universidade para o desenvolvimento educacional dos territórios em que atua.

Integração Formativa e Identidade Curricular das Licenciaturas

A formação de professores deve organizar-se como percurso integrado e progressivo, superando a fragmentação entre formação geral, conhecimentos específicos das áreas, fundamentos educacionais, práticas formativas, pesquisa, extensão e Estágio Curricular Supervisionado. Essas dimensões não constituem blocos independentes ou justapostos, mas componentes de um processo formativo articulado, orientado pela finalidade comum de preparar profissionais para compreender e atuar criticamente nos diferentes contextos da Educação Básica.

A identidade curricular das licenciaturas pressupõe reconhecer que a docência não resulta da simples associação entre domínio de conteúdos disciplinares e técnicas pedagógicas. A formação profissional requer a articulação crítica entre conhecimentos científicos, pedagógicos, culturais, sociais, tecnológicos e profissionais, mobilizados na compreensão dos sujeitos, dos processos de ensino e aprendizagem, das políticas educacionais, da organização da escola e das realidades em que a educação se desenvolve. Desse modo, a formação para a docência deve atravessar o percurso curricular em sua totalidade, respeitadas as especificidades epistemológicas e profissionais de cada área.

A unidade entre teoria e prática constitui princípio estruturante dessa organização. Os referenciais teóricos possibilitam interpretar, problematizar e produzir conhecimentos sobre a realidade educacional, enquanto as experiências formativas suscitam questões e aprendizagens que reelaboram as compreensões construídas no âmbito acadêmico. Essa relação deve assumir caráter reflexivo, investigativo e dialógico, superando tanto perspectivas que dissociam o conhecimento acadêmico das realidades educacionais quanto concepções tecnicistas que reduzem a prática à aplicação de procedimentos previamente definidos.

A diversidade de licenciaturas ofertadas pela UFVJM constitui potencial para a construção de experiências formativas diversificadas, integradas, interdisciplinares e colaborativas. Os currículos devem favorecer a interlocução entre diferentes campos do conhecimento por meio de unidades curriculares, atividades acadêmicas, projetos de pesquisa e extensão,

programas e outros espaços comuns de formação. Essa integração não implica homogeneização dos cursos, mas a construção de referências institucionais compartilhadas e de oportunidades de aprendizagem entre licenciandos e docentes de diferentes áreas, favorecendo múltiplas perspectivas para a compreensão de fenômenos educacionais complexos.

A formação integral do professor exige, ainda, atenção à diversidade dos sujeitos, dos territórios, das etapas e das modalidades da Educação Básica. Direitos humanos, diversidade, inclusão, acessibilidade, educação ambiental e relações étnico-raciais, bem como as especificidades da Educação do Campo, da Educação Especial na perspectiva inclusiva, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Escolar Indígena e Quilombola e de outros contextos educacionais presentes nos territórios de atuação da UFVJM, devem constituir dimensões centrais do processo formativo, e não conteúdos periféricos ou isolados nos currículos, no sentido de promover uma ação consciente, deliberada e sensível à complexidade do ato educativo.

Ensino, pesquisa e extensão devem integrar-se de forma indissociável a esse percurso, possibilitando aos licenciandos investigar questões educacionais, produzir e compartilhar conhecimentos, desenvolver materiais e práticas pedagógicas e participar de ações construídas com as escolas e as comunidades. A articulação dessas experiências deve favorecer uma formação humanística, científica, pedagógica e culturalmente ampla, capaz de integrar diferentes saberes e preparar professores para uma atuação autônoma, colaborativa, ética, crítica e socialmente comprometida.

Articulação Universidade–Escola, Redes de Ensino e Territórios Educativos

A formação de professores requer relações institucionais permanentes, horizontais e corresponsáveis entre a UFVJM, as redes de ensino, as escolas e os demais espaços que compõem os territórios educativos. Nessa perspectiva, Universidade e instituições de Educação Básica constituem espaços de formação e produção de conhecimentos, com experiências, saberes e responsabilidades distintas e complementares. Sua articulação deve fundamentar-se na cooperação, no diálogo e no reconhecimento recíproco das contribuições dos conhecimentos acadêmicos, dos saberes profissionais e das experiências construídas nos diferentes contextos educativos.

Essa concepção supera a compreensão da escola como campo de aplicação de conhecimentos produzidos na Universidade ou como espaço destinado apenas à realização de atividades práticas e ao cumprimento de cargas horárias. Professores, gestores e demais profissionais da Educação Básica são sujeitos do processo formativo e produzem conhecimentos, construídos na experiência profissional e na relação cotidiana com os estudantes, as comunidades e os contextos educacionais. Reconhecê-los como coformadores implica valorizar esses saberes e promover sua participação na construção, no acompanhamento e na avaliação das experiências formativas desenvolvidas em parceria com a Universidade.

A aproximação com a Educação Básica deve possibilitar aos licenciandos compreender a escola em sua complexidade e para além da sala de aula. Os percursos formativos devem oportunizar experiências relacionadas à organização do trabalho pedagógico, ao projeto político-pedagógico, à gestão democrática, ao planejamento e à avaliação, às relações entre escola, famílias e comunidades e às diferentes dimensões da cultura escolar e da cultura da comunidade. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos devem, portanto, favorecer ações integradas e contínuas com as instituições de Educação Básica, articuladas às especificidades de cada licenciatura e às realidades educacionais dos territórios.

Para que essa relação seja efetivamente institucional, a articulação com escolas e redes de ensino não deve depender predominantemente de iniciativas individuais ou circunstanciais. Cabe à UFVJM fortalecer mecanismos permanentes de interlocução e cooperação com gestores dos sistemas de ensino e das unidades escolares, favorecendo o planejamento compartilhado, a identificação de desafios educacionais, o acompanhamento das ações desenvolvidas e a construção conjunta de projetos e estratégias formativas. A institucionalização dessas relações contribui para sua continuidade, amplia as possibilidades de participação e fortalece o compromisso compartilhado com a formação de professores e com a qualidade social da Educação Básica.

A construção de espaços comuns de formação constitui estratégia relevante para essa aproximação. Encontros, fóruns, seminários, grupos de estudo, projetos de ensino, pesquisa e extensão, ações de formação continuada e outros espaços de diálogo podem favorecer a circulação de conhecimentos e experiências, a análise compartilhada de situações educacionais e a produção colaborativa de alternativas para os desafios identificados pelas comunidades escolares. Esses espaços devem reunir licenciandos, professores universitários, professores e gestores da Educação Básica e outros sujeitos dos

territórios educativos, promovendo relações formativas pautadas pela escuta, pela colaboração e pelo reconhecimento dos diferentes saberes envolvidos.

O reconhecimento das escolas como instituições coformadoras pressupõe, igualmente, a valorização dos profissionais da Educação Básica que participam da formação dos licenciandos. A UFVJM deve promover formas de reconhecimento acadêmico e institucional dessa atuação, por meio de certificação, oportunidades de formação continuada, participação em eventos e espaços de discussão, produção compartilhada de conhecimentos e outras ações que fortaleçam sua inserção na política institucional de formação de professores.

A participação da UFVJM em redes e articulações interinstitucionais de formação de professores, a exemplo da Rede Mineira de Formação de Professores da Educação Básica e do Centro Interinstitucional de Formação de Professores da Educação Básica, amplia esse compromisso para além das relações estabelecidas localmente. Essas iniciativas favorecem o diálogo entre instituições formadoras, sistemas de ensino e escolas, a produção e circulação de conhecimentos, a construção de diagnósticos compartilhados e o desenvolvimento de ações colaborativas em defesa da educação pública e da valorização da formação e da profissão docente.

A relação entre Universidade, escolas e redes de ensino deve, assim, fundamentar-se na reciprocidade. As instituições de Educação Básica contribuem para a formação profissional dos licenciandos e para a compreensão, pela Universidade, das realidades educacionais; a UFVJM, por sua vez, participa desses territórios por meio da formação inicial e continuada, da pesquisa, da extensão, da produção de conhecimentos e recursos educacionais e da construção compartilhada de respostas aos desafios identificados. Consolida-se, dessa forma, uma relação em que Universidade e Educação Básica se reconhecem como corresponsáveis pela formação de professores e pelo desenvolvimento da educação nos territórios em que atuam.

Centralidade da Prática, do Estágio e da Inserção Progressiva na Escola

A prática constitui dimensão estruturante da formação de professores e deve atravessar o percurso formativo de maneira contínua, articulada e progressiva. Sua centralidade decorre da compreensão de que a aprendizagem da docência se constrói na relação entre conhecimentos acadêmicos, reflexão crítica e experiências desenvolvidas em contextos

concretos da Educação Básica. A inserção progressiva dos licenciandos nesses contextos favorece a compreensão da complexidade do trabalho docente, a construção da identidade profissional e o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade ética e da capacidade de tomar decisões fundamentadas.

Essa inserção deve ocorrer desde os períodos iniciais da formação, mediante experiências de complexidade crescente, que possibilitem conhecer os territórios educativos, observar e problematizar o cotidiano escolar, participar de atividades institucionais e pedagógicas, investigar situações educacionais, planejar ações, produzir recursos, desenvolver intervenções e assumir progressivamente responsabilidades relacionadas ao ensino. Essa progressão não constitui sequência rígida ou meramente operacional, mas processo formativo orientado pela ampliação gradual da participação e da autonomia dos futuros professores.

Nesse percurso, o Estágio Curricular Supervisionado possui identidade e finalidade formativa próprias. Constitui ato educativo supervisionado e espaço privilegiado de aprendizagem profissional, investigação, reflexão e produção de conhecimentos sobre a escola, o ensino, a aprendizagem e o trabalho docente. Deve articular-se às demais dimensões do currículo sem se confundir com elas e desenvolver-se em estreita relação com as instituições de Educação Básica reconhecidas como coformadoras.

As atividades dos estágios supervisionados devem estar vinculadas a objetivos formativos definidos, planejamento compartilhado, acompanhamento sistemático e processos de reflexão sobre as experiências realizadas. A orientação por docentes da UFVJM e a supervisão por professores da Educação Básica constituem dimensões complementares desse processo e devem favorecer o diálogo entre conhecimentos acadêmicos, saberes profissionais e realidades educacionais. O estágio não deve reduzir-se ao cumprimento de carga horária, à produção burocrática de documentos ou à presença passiva nos campos de formação.

O registro e a reflexão sobre as experiências constituem componentes relevantes da aprendizagem profissional. Instrumentos como diários de campo, relatórios, planos de ensino, produções didáticas e portfólios podem contribuir para documentar a progressão das aprendizagens, promover a análise crítica das experiências e subsidiar processos de acompanhamento e avaliação desenvolvidos conjuntamente por licenciandos, professores orientadores e professores supervisores.

Os programas e projetos de iniciação à docência, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), ampliam as possibilidades de inserção dos licenciandos na Educação Básica e devem dialogar com os currículos das licenciaturas, com a extensão, a pesquisa e o Estágio Curricular Supervisionado. As aprendizagens construídas nessas experiências poderão ser reconhecidas academicamente, desde que estejam alinhadas aos objetivos formativos e atendam aos critérios estabelecidos pela regulamentação institucional, sem implicar equivalência automática entre experiências de natureza distinta.

A efetivação dessa concepção requer condições institucionais adequadas para o desenvolvimento e o acompanhamento das atividades nos campos de formação. Cabe à UFVJM assegurar mecanismos permanentes de articulação com as redes e escolas, condições acadêmicas e logísticas para o trabalho dos docentes orientadores, apoio aos deslocamentos quando necessários, comunicação entre os sujeitos envolvidos e espaços de diálogo e formação entre Universidade e Educação Básica. Tais condições são indispensáveis para que a orientação ultrapasse o acompanhamento documental e se constitua efetivamente como atividade docente de ensino e de formação profissional.

As experiências produzidas nas práticas, nos estágios, nos programas de iniciação à docência e em outras ações desenvolvidas com a Educação Básica devem ainda encontrar espaços institucionais de reflexão, socialização e produção de conhecimentos. Ao favorecer o encontro entre licenciandos, professores universitários e profissionais das escolas, esses espaços contribuem para avaliar os processos formativos, compartilhar experiências, produzir conhecimentos sobre a docência e fortalecer a relação entre a UFVJM, as redes de ensino e os territórios educativos.

Considerações Finais

O PPI da UFVJM expressa os princípios, as concepções e os compromissos que orientam a formação acadêmica na Universidade, articulando sua identidade institucional, a inserção territorial e as políticas de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento docente. Fundamentado na educação superior pública, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada, o PPI constitui referência para a organização das práticas pedagógicas, a elaboração e a atualização dos PPCs e o aperfeiçoamento contínuo da qualidade da formação.

A efetivação desses compromissos requer planejamento institucional contínuo e aprimoramento progressivo das condições materiais, humanas e organizacionais necessárias às atividades acadêmicas. Nesse sentido, a UFVJM reconhece a importância de identificar e priorizar necessidades de infraestrutura, recursos tecnológicos, ambientes de aprendizagem e pessoal, considerando as especificidades dos cursos e as diferentes realidades dos campi. Essas necessidades deverão orientar o planejamento e a definição de prioridades institucionais, em articulação com o PDI e as possibilidades orçamentárias, visando fortalecer as condições de oferta e a qualidade da formação.

A implementação do PPI será acompanhada pelas instâncias acadêmicas competentes, em articulação com o PDI, os processos de autoavaliação institucional e os mecanismos de avaliação e revisão dos PPCs. Esse acompanhamento deverá considerar os resultados das políticas acadêmicas, as necessidades identificadas pela comunidade universitária e as transformações educacionais e sociais, subsidiando o planejamento, a tomada de decisões e o aperfeiçoamento das ações institucionais. A revisão periódica do PPI deverá preservar sua coerência com a missão da Universidade e assegurar sua atualização diante dos desafios e das demandas da educação superior.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF: CNE, 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília, DF: CNE, 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MASETTO, Marcos Tarciso. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 2003.

MASETTO, Marcos Tarciso. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 2003.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106–1133, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053144843>.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara Cristina. Os professores depois da pandemia. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, e249236, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.249236>.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 3, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/2745>.

UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. Brasília, DF: UNESCO, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Plano de Desenvolvimento Institucional 2024–2028. Diamantina: UFMG, 2023. Versão atualizada em 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consepe nº 02, de 18 de janeiro de 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão na UFMG. Diamantina: UFMG, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consepe nº 06, de 10 de abril de 2026. Estabelece a Política Cultural da UFMG. Diamantina: UFMG, 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consepe nº 06, de 17 de abril de 2009. Estabelece a Política de Extensão da UFMG. Diamantina: UFMG, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consepe nº 24, de 12 de julho de 2024. Institui o Núcleo de Formação Docente na UFMG. Diamantina: UFMG, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consepe nº 24, de 12 de setembro de 2025. Estabelece o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFMG. Diamantina: UFMG, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consepe nº 33, de 21 de novembro de 2008. Regulamento do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica da UFMG. Diamantina: UFMG, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consepe nº 35, de 10 de novembro de 2025. Estabelece o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFMG. Diamantina: UFMG, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consu nº 06, de 11 de maio de 2021. Institui o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA) da UFMG. Diamantina: UFMG, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consu nº 08, de 5 de maio de 2025. Aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMG. Diamantina: UFMG, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consu nº 09, de 24 de maio de 2025. Aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Graduação da UFMG. Diamantina: UFMG, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução Consu nº 18, de 17 de março de 2017. Aprova o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil da UFMG. Diamantina: UFMG, 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CASTANHO, Maria Eugênia de Lima e Montes (org.). Pedagogia universitária: a aula em foco. Campinas, SP: Papirus, 2000.

ZABALZA, Miguel Ángel. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.